

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO



1290003848

TCC/UNICAMP
Sa29a
1290003848/FE

FLÁVIA MAYUMI SAKAI

20090716

**A ATUAÇÃO SOCIAL EM UM BAIRRO DE CARÁTER POPULAR: O
TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A AÇÃO
DE UMA INTEGRANTE DA COMUNIDADE**

CAMPINAS

2008

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS

FACULDADE DE EDUCAÇÃO

FLÁVIA MAYUMI SAKAI

**A ATUAÇÃO SOCIAL EM UM BAIRRO DE CARÁTER POPULAR: O
TRABALHO DAS ORGANIZAÇÕES NÃO-GOVERNAMENTAIS E A AÇÃO
DE UMA INTEGRANTE DA COMUNIDADE**

Trabalho de Conclusão de Curso, apresentado
como exigência parcial para a conclusão da
graduação em Pedagogia pela Faculdade de
Educação da Universidade Estadual de
Campinas, sob orientação da Professora
Doutora Agueda Bernardete Bittencourt

CAMPINAS

2008

Cod tit 437315

UNIDADE.....	FE
Nº CHAMADA:	FCC/UNICAMP
	Sa29a
V:.....EX:.....	
TOMBO:.....	3848
PROC:.....	148109
C:.....D:.....	X
PREÇO:.....	11,00
DATA:.....	02/04/09
Nº CPD:.....	

**Ficha catalográfica elaborada pela Biblioteca
da Faculdade de Educação/UNICAMP**

Sakai, Flávia Mayumi
Sa29a A atuação social em um bairro de caráter popular : o trabalho das organizações não - governamentais e a ação social de uma integrante da comunidade / Flávia Mayumi Sakai. -- Campinas, SP : [s.n.], 2008.

Orientador : Agueda Bernadete Bittencourt.
Trabalho de conclusão de curso (especialização) -- Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Organizações não-governamentais. 2. Terceiro setor. 3. Voluntariado em serviço social. 4. Comunidade. I. Bittencourt, Agueda Bernadete.
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

08-463-BFE

À Nazareth Evangelista dos Santos

*Não é no silêncio que os homens se fazem, mas
na palavra, no trabalho, na ação-reflexão.*

Paulo Freire

AGRADECIMENTOS

A meu avô Minoru (*in memorian*) e a minha avó Takeko pelas vivências infantis, pelos aromas e cores que fazem toda a diferença hoje e sempre...

À minha mãe pela simplicidade e amor...

À minha querida irmã pelo apoio, pois sem ela nada disso seria possível...

Às amigas Erin, Mariana, Michelle e Mônica pelas risadas, pelos momentos de conversa séria, pelo apoio incondicional e por fazer desses anos na graduação os melhores!

Ao Peterson pelo companheirismo e amadurecimento...

À professora Agueda pela ajuda nessa etapa final do curso...

Finalmente à Nazareth, pelo carinho de mãe, pelo conforto e pelos agradáveis momentos de aprendizado...

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	1
 CAPÍTULO I	
Grupo MACIA e a Organização não-governamental Direito de Ser.....	9
Nazareth: suas origens, suas histórias.....	14
A infância no Estado do Paraná.....	18
A adolescência.....	19
Reconstrução: o recomeço e a nova profissão.....	22
Campinas: primeiras impressões.....	24
Professora de educação especial em Campinas.....	25
A relação com a universidade.....	27
O Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade – IPES.....	29
Primeiro grupo de alfabetização e artesanato: Projeto Reescrevendo.....	31
Projeto MOVA Brasil.....	38
 CAPÍTULO II	
A cidade de Campinas, o desenvolvimento urbano e a assistência social.....	42
Assistência e manutenção da pobreza.....	43
O poder público e os direitos dos cidadãos.....	50
Um bairro especial: o Complexo São Marcos.....	52
A filantropia e a assistência no Jardim São Marcos.....	55
 CAPÍTULO III	
A assistência que se modernizou.....	57
O terceiro setor.....	61
Organizações não-governamentais, Terceiro Setor e o poder público.....	64
 Considerações preliminares.....	67
 Referências bibliográficas.....	70
Anexos.....	74

RESUMO

Neste trabalho procuro analisar dois meios de atuação social no Jardim São Marcos, um bairro de caráter popular da cidade de Campinas. Trata-se de uma pesquisa sobre a ação das organizações não-governamentais na região e a atuação isolada e voluntária de uma integrante da comunidade, bem como as relações que ambas estabelecem com o poder público e privado.

Para isso, trago a história de vida de Nazareth, a fim de compreender a sua legitimidade à frente de grupos de artesanato e alfabetização. Faço também um breve histórico das primeiras instituições filantrópicas em Campinas até os dias atuais, apresento ainda o caminho das organizações não-governamentais no Brasil até o atual Terceiro Setor. Por fim, avalio o impacto das duas formas de atuação social na região quanto ao limites de atendimento, financiamento e público-alvo.

Palavras-chave: Organizações não-governamentais; Terceiro Setor; Voluntariado em serviço social; Comunidade.

Introdução

A busca por uma sociedade mais justa e igualitária é um dos grandes desafios da humanidade. No entanto, nos deparamos com a inserção de políticas neoliberais, a era da globalização e o avanço tecnológico, fatores que acentuam as desigualdades sociais e evidenciam a miséria dos excluídos do processo de desenvolvimento global e principalmente do acesso a necessidades básicas nas áreas da saúde, educação, moradia e etc.

Na cidade de Campinas, a fim de amenizar esses problemas e oferecer oportunidades à população, organizações governamentais, não-governamentais e sociedade civil procuram desenvolver programas sociais, principalmente nas regiões mais desprovidas.

Foi através de projetos com esse caráter que, em abril de 2006, por sugestão de um amigo que estagiava em um projeto de inclusão digital comecei a dar aulas de digitação voluntariamente para jovens e adultos em dois Centros Telemáticos de Educação Continuada (CETECs) estabelecidos na Estação de Tratamento de Esgoto “Vó Pureza” da SANASA no Jardim Campineiro e no Centro de Referência da Assistência Social “Espaço Esperança”¹, uma instituição municipal localizada no Jardim Santa Mônica.

O projeto, por meio de um convênio entre a SANASA (Sociedade de Abastecimento S.A.), o Instituto de Pesquisa Especiais para Sociedade (IPES-

¹ O Centro de Referência da Assistência Social “Espaço Esperança” está instalado a Rua Rui Idelfonso Martins Lisboa, 721 – Campos dos Amarais. O Centro de Referência de Assistência Social (CRAS) é uma unidade pública da política de assistência social, de base municipal, integrante do SUAS (Sistema Único de Assistência Social), localizado em áreas com maiores índices de vulnerabilidade e risco social, destinado à prestação de serviços e programas socioassistenciais de proteção social básica às famílias e indivíduos, e à articulação destes serviços no seu território de abrangência, e uma atuação intersetorial na perspectiva de potencializar a proteção social. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/programas/rede-suas/protecao-social-basica/paif>, acessado em outubro de 2008

UNICAMP), a Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) e o projeto “Jovem.com” da prefeitura municipal de Campinas, tinha como principal objetivo a inclusão digital e a capacitação de monitores, ou seja, a capacitação de jovens da região para a educação continuada.

A média de alunos em cada turma era pequena, no máximo seis alunos, dada a quantidade de computadores. Dentre os alunos, estava a mulher que norteou esse trabalho, a professora e artesã Maria Nazareth Evangelista dos Santos.

Naquela ocasião, Nazareth liderava um grupo de alfabetização de adultos na “Associação Beneficente Direito de Ser”, no Jardim São Marcos e convidei-me para conhecê-lo. Deste modo, em junho de 2006, conheci o grupo “MACIA” (Mulheres em Ação Construindo Identidade Ativa), que desempenhava duas atividades: a alfabetização e o artesanato.

Logo, passei a freqüentar os encontros para auxiliá-la voluntariamente. Ser voluntária naquele momento, quando cursava o terceiro ano do curso de Pedagogia e fazia a disciplina Fundamentos da Alfabetização, foi bastante enriquecedor. Já que até então as disciplinas concentravam-se na teoria e sentia a necessidade de experimentar na prática os conceitos sobre a alfabetização, a relação entre professor e educando.

Além disso, participar do grupo MACIA fez com que eu mudasse meu modo de pensar e conceber uma comunidade de um bairro de caráter popular.

ELIAS (2000), em seu estudo sobre uma pequena comunidade inglesa, compreende a comunidade como a

“rede de relações entre pessoas que se organizam como uma unidade residencial – de acordo com o lugar em que normalmente vivem. As pessoas estabelecem relações quando negociam, trabalham, rezam ou se divertem juntas, e essas relações podem ou não ser altamente especializadas e organizadas.”(Elias, 2000:165)

Nos meses que se seguiam, o grupo procurava crescer e almejava participar de feiras e eventos para a venda dos produtos artesanais. Entretanto, não havia

material para a confecção das peças e a organização não-governamental “Direito de Ser” também não possuía recursos.

Em setembro de 2006, o grupo pretendia organizar um bazar de roupas usadas para arrecadar dinheiro para a compra de material de artesanato. As mulheres iniciaram a busca por doações de roupas e acessórios e conforme traziam os donativos estes eram guardados em uma sala da instituição. A seguir, surgiram conflitos com a coordenação sobre o espaço ocupado pelo grupo para o armazenamento na sede da associação beneficente. A sala foi desocupada e a partir desse episódio o grupo MACIA sentiu que não possuía apoio.

Esse acontecimento me fez questionar a ação das organizações não-governamentais quanto ao limites do atendimento e qualidade oferecidos à comunidade, dado que a maior parte das entidades sem fins lucrativos do bairro apresenta projetos destinados a crianças e adolescentes, deixando de lado as possibilidades de atuação com o público adulto.

O bazar foi cancelado e a falta de matéria-prima persistia. Nazareth que havia acabado um curso de formação de agentes de Microcrédito, um programa de Extensão Comunitária da UNICAMP², conversou com as mulheres do grupo sobre a existência do projeto e a possibilidade de emprestar uma pequena quantia para ser paga a seguir, por todas elas, semanalmente. Com certa desconfiança, aceitaram o empréstimo, que deveria ser pago por cada uma dentro de três meses.

Tecidos, linhas e outros materiais foram comprados e o empréstimo foi pago. Entretanto, algumas integrantes dependentes do dinheiro do marido e outras receosas quanto ao empréstimo pararam de frequentar o grupo. Com isso, houve a

² O Microcrédito é organizado pelo Projeto de Extensão Comunitária da UNICAMP “Sonha Barão” e foi financiado pelo Ministério da Educação (MEC). É inspirado na metodologia criada por Muhammad Yunus.

diminuição da frequência aos encontros por parte das mulheres. Assim, desmotivada, Nazareth desistiu de liderar o grupo.

Com o fim das reuniões, passei a freqüentar a casa de Nazareth, aproximando-me ainda mais ao ajudá-la a fazer um projeto para um concurso da prefeitura de Campinas que disponibilizava vagas para oficineiros³. Deste modo, para agregar ao seu currículo, ela mostrou-me fotografias, recortes de jornais, diplomas e certificados que mostravam sua trajetória na área social em Campinas.

Esses documentos evocavam as histórias de cada um daqueles momentos vividos por ela em um exercício de estruturação dos fatos de memória onde, segundo AUGRAS (1997), “Memória e identidade estão intimamente ligadas.” Passei a conhecer a Nazareth: mãe, líder comunitária, artesã, educadora e ganhadora de prêmios pelo seu trabalho social.

Contou-me ainda a história do primeiro grupo de alfabetização organizado por ela, no ano de 2000. O grupo chamado “Reescrevendo” não possuía apoio do poder público ou privado, ou seja, era um grupo autônomo e as atividades aconteciam em sua própria residência. Este fato chama a atenção, pois há uma oferta considerável de programas de alfabetização e/ou sócio-educativos por estabelecimentos públicos da região. Assim, comecei a indagar como e por que o projeto desenvolvido por Nazareth, apesar de não institucionalizado, não possuir estrutura adequada e ser divulgado apenas entre conhecidos, envolveu um número significativo de participantes.

Afinal, o que atraía as pessoas aos grupos organizados por Nazareth? Por que as pessoas não se dirigiam às organizações não-governamentais ou outras instituições públicas?

³ Oficineiros - profissionais que mesmo sem qualquer tipo de formação oficial em instituições de ensino, demonstre habilidade e conhecimento técnico em algum tipo de linguagem, como por exemplo: linguagem cultural, educacional, artística, sócioeducativa, esportiva ou de orientação. Edital de Convocação para Palestrantes, Mediadores e Oficineiros. Disponível em: <http://portal.prefeitura.sp.gov.br/cidadania/cmdh/0087>. Acessado em 8 de março de 2008.

Assim, para esta pesquisa procuro analisar duas formas de atuação social com que me deparei no curto período em que trabalhei como voluntária no ano de 2006. Uma das maneiras a que me refiro, é a atuação das organizações não-governamentais no Jardim São Marcos, um bairro popular de Campinas. Trata-se de uma região onde instituições sem fins lucrativos atuam há aproximadamente três décadas propondo atividades sócio-educativas para a população do bairro que é conhecido pela pobreza e pelas altas taxas de criminalidade. A outra maneira a que relato aqui é a ação isolada e sem qualquer recurso público ou institucional, de uma moradora do bairro, Nazareth. Residindo no Jardim Santa Mônica há dezesseis anos, nos últimos oito anos, ela tem se dedicado a organizar grupos de alfabetização de adultos e artesanato no Complexo São Marcos⁴.

Em todo território brasileiro assistimos a um rápido crescimento de fundações e ações voluntárias, um aumento associado às políticas neoliberais, de diminuição da ação do Estado no sentido de garantir os direitos de cidadania; e o desaparecimento de políticas voltadas para a diminuição das desigualdades.

O termo organizações não-governamentais tornou-se popular no Brasil a partir da década de 90, com a Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento, o ECO-92. Chamadas também pela sigla “ONG” são instituições atuantes nas micro esferas da sociedade, locais que não tem o devido atendimento pelas autoridades responsáveis.

Scherer-Warren as define como:

“...organizações formais, privadas, porém, com fins públicos e sem fins lucrativos, autogovernadas e com participação de parte de seus membros como

⁴ O Complexo São Marcos abrange os seguintes bairros: Jardim São Marcos, Jardim Campineiro, Vila Esperança, Barro Preto e Jardim Santa Mônica.

voluntários, objetivando realizar mediações de caráter educacional, político, assessoria técnica, prestação de serviços e apoio material e logístico para populações-alvos específicas ou para segmentos da sociedade civil, tendo em vista expandir o poder de participação destas com o objetivo último de desencadear transformações sociais ao nível micro (do cotidiano e/ou local) ou ao nível macro (sistêmico e/ou global)” (SCHERER-WARREN, 1993:165)

Em Campinas, segundo um levantamento realizado⁵, estão credenciadas pela Prefeitura Municipal de Campinas 174 instituições que atuam na área assistencial, mas dados do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, indicaram em 2005 a existência de 1640 organizações não governamentais atuando na cidade. No bairro Jardim São Marcos, estudado nessa pesquisa, atuam neste ano as seguintes organizações não-governamentais: Grupo Primavera, Associação Beneficente Campineira, Associação Beneficente Direito de Ser e Centro Assistencial Vedruna. Dessas organizações apenas o Centro Assistencial Vedruna não é filiado à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC)⁶.

Organização Não-governamental	Ano de fundação	Atuação
Associação Beneficente Campineira	1975	A entidade é a mais antiga da região. Desenvolve projetos com crianças e adolescentes em horário oposto ao escolar.
Grupo Primavera	1981	O foco da entidade é a formação de adolescentes exclusivamente do sexo

⁵ PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.). Educação Não-Formal: Contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP: Unicamp/ CMU; Holambra, SP: Editora Setembro, 2005.

⁶

		feminino, na faixa etária de onze a catorze anos oriundas de famílias de baixa renda. A entidade é conhecida pelas peças bordadas a mão e a produção artesanal de bonecas de pano.
Centro Assistencial Vedruna	1993	Oferece atividades a crianças e adolescentes da região do Jardim São Marcos na faixa etária de sete a dezesseis anos em horário oposto ao escolar.
Associação Beneficente Direito de Ser	1996	Oferece atividades a crianças e adolescentes na faixa etária de sete a dezessete anos da região em horário oposto ao escolar.

A constituição desses espaços, entretanto, implica uma grande responsabilidade social que é de garantir a qualidade de atendimento e educação oferecidos, sem eliminar a identidade do bairro e das pessoas da comunidade onde estão instaladas. Além de considerar as reais necessidades dos moradores. Um desafio para a atuação do pedagogo interessado na área social com a intenção de ultrapassar a barreira do assistencialismo.

Para a pesquisa procuro entender as ações sociais de Nazareth com o objetivo de contribuir para a melhoria da vida das pessoas do bairro, através da alfabetização e do artesanato e, essencialmente, para alcançar a sua própria valorização

profissional e pessoal. Da mesma forma, estudo os impactos das associações filantrópicas existentes no bairro para a melhoria da qualidade de vida dos moradores.

No capítulo I, faço a exposição da história do grupo MACIA e narro a trajetória de Nazareth para a compreensão de sua legitimidade a frente dos grupos de artesanato.

No capítulo II, exponho o movimento das organizações não-governamentais em Campinas e das entidades filantrópicas atuantes no Jardim São Marcos, estabelecendo uma relação com a história das organizações não-governamentais, partindo dos primeiros movimentos internacionais às associações voluntárias e ao chamado terceiro setor nos dias de hoje, suas relações com o poder público e o Estado.

Nas considerações finais, procuro relacionar o trabalho individual e isolado de Nazareth com a expansão dos movimentos voluntários e avalio o impacto dessas distintas atuações quanto ao público alvo e aos interesses dos frequentadores das atividades oferecidas.

Capítulo I

A Associação Beneficente “Direito de Ser” e o Grupo MACIA

A Associação Beneficente “Direito de Ser”, é uma instituição filantrópica localizada à rua Ozualdo Rodrigues no número 120, no Jardim São Marcos, região norte de Campinas. Foi fundada em 1996 com o apoio de organizações suecas. Entretanto, em 2005, esse recurso estrangeiro foi cortado e a entidade passou a contar com o auxílio da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social (SMCTAIS) de Campinas e de parceiros como o Instituto de Pesquisas Eldorado⁷ e a Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

O foco principal dos projetos sócio-educativos do “Direito de Ser” são crianças e adolescentes na faixa etária de sete a dezessete anos que habitam os bairros Jardim Campineiro e Jardim São Marcos⁸. Em 2005, visando o público adulto, uma assistente social da instituição chamada Leila, sugeriu a criação de um grupo de artesanato, sobretudo para atender as mulheres inseridas em programas assistenciais como o programa, “Viva leite”⁹ e que semanalmente compareciam à associação apenas para retirar seus benefícios.

Sua intenção era que as oficinas de artesanato fossem realizadas aos sábados. A opção por esse dia da semana para a realização das atividades era devido à

⁷ O Instituto de Pesquisas Eldorado é uma associação civil sem fins lucrativos que atua na área de Tecnologia da Informação e Comunicação (TICs).

⁸ Ambos pertencem ao conjunto de bairros denominado Complexo São Marcos.

⁹ O projeto do governo “Viva leite” é destinado ao atendimento de crianças de seis meses a seis anos e tem como função distribuir gratuitamente leite às famílias que recebem até dois salários mínimos. O projeto também se estende aos idosos com renda familiar de até dois salários mínimos e que possuam mais de sessenta anos e atendimento. A prefeitura Municipal de Campinas, através da Secretaria Municipal de Cidadania, Trabalho, Assistência e Inclusão Social repassam o recurso do projeto “Viva Leite” às organizações não-governamentais como a Associação “Direito de Ser” e programas da promoção social, ou seja, da própria prefeitura para a distribuição a essas famílias. preferencial aos idosos portadores de doença crônica. No interior de São Paulo, a distribuição é feita pelas Prefeituras Municipais em convênio com a Secretaria de Agricultura e Abastecimento e com a Municipalidade.

possibilidade de melhor utilização do espaço, já que durante a semana o lugar é destinado ao trabalho com crianças e adolescentes.

Assim, em dezembro de 2005, a assistente social Leila convidou Nazareth para ministrar as oficinas de artesanato. O contato entre as duas começou a partir de um evento organizado anualmente desde 1999 na região dos Amarais¹⁰, chamado ABRAÇO Social-Educativo¹¹. Além disso, Nazareth se tornou conhecida através de seu trabalho no Projeto Reescrevendo¹² onde também ensinou artesanato, principalmente o fuxico.

Fuxico é uma técnica artesanal que consiste em um pequeno círculo de tecido com o contorno alinhavado e franzido. Sua forma final é semelhante a uma flor e pode ser utilizado para a confecção de almofadas, roupas, colchas e ornamentos. Segundo conta o folclore nordestino, o termo fuxico, sinônimo de fofoca, é uma referência ao modo como os artesãos falavam da vida alheia enquanto costuravam.¹³

A atuação de Nazareth na Associação “Direito de Ser” era voluntária e havia a possibilidade de contratação. Deste modo, o grupo iniciou suas atividades em janeiro de 2006 contando com a presença de trinta e cinco mulheres no primeiro sábado. As reuniões começavam às 8:30h e iam até às 11:30h da manhã,

A escolha do nome “MACIA” se deu em grupo. Nazareth pediu para que todas as mulheres sugerissem um nome. Assim, abriu para votação, aos poucos as

¹⁰ A região dos Amarais engloba os seguintes bairros: Jardim Santa Mônica, Jardim São Marcos, Campineiro, Recanto Fortuna, Vila Esperança, Agreste e o complexo da CDHU localizado na região.

¹¹ O Abraço Social-Educativo é um projeto da Federação das Entidades Assistenciais de Campinas e foi realizado pela primeira vez em 1999 para a valorização das manifestações sociais, culturais, educativas da Região dos Amarais. O evento foi criado com a intenção de integrar as Organizações Governamentais, Organizações Não Governamentais, escolas, Centros de Saúde, moradores, igrejas, grupos representativos da comunidade da região, pertencentes aos bairros: Santa Mônica, São Marcos, Campineiro, Vila Esperança, Recanto Fortuna.

Disponível em: http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/noticias/2005_11_28.html acessado em agosto de 2008

¹² O Projeto Reescrevendo será detalhado neste capítulo.

¹³ ROSANA, Patrícia. PAT PATCHES. O Brasil é multicolorido. Novembro de 2005. Disponível em: <http://www.pat.patches.nom.br/retalhos/artigos/patchworkbrasil.htm> acessado em novembro de 2007.

sugestões menos votadas foram excluídas, sobrando: “Identidade Ativa” e “Mulheres em Ação”. A dificuldade em escolher entre esses dois nomes foi solucionada a partir da proposta de uma das participantes, Rose. Ela sugeriu que houvesse a união dos dois nomes e a adição de um verbo: Construindo. Deste modo, o grupo ganhou o seguinte nome: “Mulheres em Ação Construindo Identidade Ativa” – MACIA.

Rose cursava na época o curso de Pedagogia na Pontifícia Universidade Católica de Campinas. De família humilde, fazia companhia para sua mãe, que era analfabeta. As duas já conheciam Nazareth da Igreja Congregação Cristã do Brasil.

A expectativa das participantes era trabalhar apenas o artesanato. Entretanto, com a percepção de que muitas mulheres não eram alfabetizadas e somando a isso a experiência com alfabetização de adultos, Nazareth começou a dar aulas de alfabetização para todas as frequentadoras. O grupo de estudo acontecia na primeira hora da manhã e com o término das atividades de leitura e escrita partia-se para o artesanato.

Até aquele momento, nos três primeiros meses do projeto, tudo ia bem. E a única dificuldade de Nazareth era não poder oferecer a mesma atenção a todas, devido a grande quantidade de alunas. Ela também estava com a sugestão de expandir os horizontes do trabalho e propôs o artesanato como uma forma de geração de renda, não somente como um entretenimento.

Porém, no segundo bimestre de 2006, devido aos cortes de recursos advindos de uma instituição sueca que financiava a organização não-governamental Direito de Ser, esta precisou dispensar alguns funcionários para reduzir os gastos, entre eles a assistente social Leila, responsável pelo projeto e que tanto se dedicara ao grupo de mulheres na busca por recursos e reconhecimento dentro da associação.

Assim, outra funcionária tomou a frente do grupo. Otildes, assumiu a responsabilidade, disponibilizando-se aos sábados para abrir a sede da Associação Beneficente “Direito de Ser” e acompanhá-las durante as manhãs.

O corte do recurso estrangeiro também levou à redução de verba a todos os projetos desenvolvidos no “Direito de Ser”. Esse fato veio de encontro com as pretensões das mulheres, que sentiam a necessidade de obter materiais para a execução de peças artesanais, principalmente para dar início à comercialização dos produtos. Principalmente porque até aquele momento, tecidos e acessórios de costura eram trazidos pela própria Nazareth e por algumas integrantes.

Nazareth que havia acabado de participar de um curso de formação de agentes de microcrédito levou a idéia de um empréstimo diferenciado às companheiras do grupo MACIA.

O “Microcrédito” é inspirado no banco rural criado por Mohammad Yunus chamado de “banqueiro dos pobres”, foi ganhador do prêmio Nobel da Paz em 2006. O banco Grameen (que significa povoado) fundado por Yunus conta com 6,5 milhões de clientes em Bangladesh, 96% deles mulheres concedendo pequenos empréstimos aos mais pobres.¹⁴

Em Campinas, o “Microcrédito” é apoiado pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da UNICAMP e vem sendo desenvolvido por Maria Salette Mayer de Aquino¹⁵, professora do Centro de Línguas da UNICAMP. O projeto

¹⁴ Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/ultnot/afp/2006/10/13/ult34u165731.jhtm>

¹⁵ Maria Salette Mayer de Aquino possui Mestrado em Lingüística Aplicada pela Universidade Estadual de Campinas (1994). É docente da Área de Alemão no Centro de Ensino de Línguas da Unicamp desde 1989. Áreas de pesquisa: ensino e aprendizagem de alemão como língua estrangeira, interação em sala de aula e professor pesquisador de sua prática. Por diversas vezes atuou como representante da Área de Alemão no CEL, entre outras funções, orientando bolsistas PAD e estagiários provenientes da Universidade de Viena durante sua formação prática no CEL. Desde 2002 oferece a disciplina AM-018 Trabalhos Comunitários com atuação no Projeto Sonha Barão, dando oportunidade aos alunos de Graduação da universidade de envolverem-se com as questões socioambientais, educacionais e culturais do Distrito de Barão Geraldo. Através desta disciplina, envolveu-se com o Programa Universidade

começou a ser concebido em janeiro de 2005 e após cinco meses foi organizado um seminário de lançamento no Centro de Convenções da universidade.

No segundo semestre do mesmo ano, o projeto ganhou força por meio do financiamento do Ministério da Educação (MEC) para projetos de extensão universitária. A verba destinada à realização de dois cursos de formação de agentes de Microcrédito só foi autorizada em março de 2006. Assim, deu-se o início do primeiro curso com duração de cinco meses (março a julho de 2006).

O empréstimo, acordado com todas as participantes, foi feito em oito de julho de 2006. O empréstimo de R\$200,00 foi bem recebido pelas mulheres do grupo e devia ser pago a prestações de R\$2,50 por semana por apenas um mês. Com o dinheiro compraram-se panos, linhas e acessórios para costura e foi possível a produção de peças artesanais para a venda, entusiasmando as integrantes do projeto.

Infelizmente com as dificuldades financeiras e a desconfiança de alguns maridos, principalmente das mulheres que eram dependentes financeiramente, quatro integrantes não conseguiram pagar a prestação e envergonhadas não voltaram a participar do projeto, mesmo com o pagamento do empréstimo.

Em setembro, uma tentativa de reaproximação foi feita. Nazareth sugeriu a realização de um bazar de roupas usadas para arrecadar dinheiro para a compra de matéria-prima. Assim, as mulheres procuraram doações de roupas e acessórios. À medida que as doações chegavam, ocupavam a sala de atendimento psicológico da organização não-governamental “Direito de Ser” que não estava sendo utilizada, pois, naquela ocasião, não havia profissional.

Logo, a coordenação da entidade informou que a sala voltaria a ser utilizada para consultas e avisou que era preciso retirar as roupas doadas e armazená-las

Solidária e com o Projeto Rondon, dos quais participou, respectivamente, em 2001 e 2007. Orienta bolsistas-trabalho SAE desde 2002.

em outro espaço urgentemente. Entretanto, a instituição não oferecia outro local para guardá-las e ainda não havia doações suficientes para a realização do bazar. Um conflito entre a coordenação e Nazareth se instalou.

Uma das participantes do projeto ofereceu sua casa para o armazenamento das roupas até a realização do bazar. Entretanto, o trabalho perdia sua credibilidade após esse acontecimento, já que a mobilização das mulheres não resultava em nada concreto. O grupo se enfraquecia a cada encontro, com menos presenças e o bazar foi cancelado.

Em outubro assistimos o término do grupo. O desgaste da relação entre educadora e a organização não-governamental, a desmotivação das mulheres, a falta de recursos, foram fatores determinantes para o fim do grupo. Assim, o grupo MACIA, com a liderança da Nazareth, encerrava suas atividades.

Chateada com a entidade, Nazareth parou aos poucos de ir aos sábados. Houve o esforço da assistente social Otildes que não queria que o grupo acabasse. Com a resistência da Nazareth em dar continuidade ao projeto, Otildes pediu a educadora Raquel, da própria instituição, para assumir voluntariamente o grupo MACIA. Dessa maneira, uma nova turma, com outras mulheres e em menor quantidade, realizou encontros em 2007 para a confecção de produtos artesanais. Não se fazia mais alfabetização.

Das mulheres do grupo MACIA, liderado por Nazareth soubemos que duas alunas se matricularam e freqüentam as aulas de educação de jovens e adultos da Fundação Municipal para a Educação Comunitária (FUMEC)¹⁶ na escola estadual de ensino fundamental, do bairro conhecida como Escolinha Branca.

¹⁶ Fundação Municipal para a Educação Comunitária (FUMEC)

Nazareth: suas origens, sua história

A legitimidade de Nazareth para reunir pessoas e formar grupos de alfabetização e artesanato se deve em grande parte à relação de identidade que se estabelece entre ela e seus aprendizes. Ambos são migrantes, oriundos da região Norte-Nordeste do Brasil, passaram ou passam por situações de pobreza. São homens e mulheres que encontraram dificuldades na cidade grande, possuem filhos e querem ganhar, através do artesanato e do estudo sua valorização.

Nazareth Evangelista dos Santos nasceu em 10 de fevereiro de 1949 em Bodocó, no Estado do Pernambuco. Filha de pai português e mãe descendente de índios é a décima segunda filha do casal.

De origem simples, os pais não foram escolarizados. Ela relata que as dificuldades de vida na região Norte do país eram grandes e o estudo “não era prioridade para nenhuma das famílias”. Assim davam preferência ao trabalho, necessitando da ajuda de todos na busca por água e alimentação, através da pesca e da caça de pequenos animais. Seu pai era marceneiro, profissão que exercia eventualmente caso houvesse alguma encomenda. Sua mãe vendia água “em lombo de jegue” para pessoas que não tinham condições físicas para recolhê-la em poços ou minas da região.

Aos onze meses de idade perdeu o pai em um incidente com uma picada de cobra ocorrido enquanto caçava. A partir desse momento a família, chefiada pela mãe, iniciou uma nova vida.

Dada a dificuldade na região nordeste do país, seu irmão mais velho que possuía apenas catorze anos quando o pai faleceu, seguiu de pau de arara, transporte precário, para o Estado do Paraná em busca de trabalho e melhores condições de vida.

A pobreza, as secas periódicas que afetam a região, as oportunidades

limitadas de trabalho assalariado e as dificuldades de comercialização dos produtos agrícolas são fatores que levam a população nordestina a migrar para outras regiões brasileiras. Com isso, “a relação entre a migração e o processo de urbanização, no Brasil, está relacionada, intimamente, ao desenvolvimento do país.”(BRANCO, 2000:42)

Além desse fator, no período (1930-1965) houve um intenso fluxo migratório direcionados principalmente para o sudoeste de São Paulo e para o Estado do Paraná e Santa Catarina que teve sua origem na crise econômica internacional de 1930, que transformou o quadro econômico e político brasileiro acarretando em uma reestruturação econômica e em uma redistribuição espacial da população.

Essas transformações ocorrem, pois como constata MARTINE (1995), “a população costuma deslocar-se e fixar-se em determinadas localidades, ou regiões, em função das mudanças na configuração espacial do dinamismo econômico.”(MARTINE, 1995:153)

No caso da família de Nazareth, a região escolhida foi o Sul, estabelecendo-se no município de Astorga, no Estado do Paraná. O Estado do Paraná, historicamente foi o que absorveu um maior volume de imigrantes exógenos ao seu território. Um movimento de migração que perdurou por trinta anos devido ao cultivo de café, algodão e outros produtos nas terras roxas do norte do estado (1930-1960).(RIPPEL,2005)

Na nova cidade, seu irmão arrendou terras para plantar algodão e feijão. O acordo feito com o dono do sítio consistia em dividir ao meio o lucro da plantação. Após alguns meses, seu irmão conseguiu guardar uma boa quantia e enviou para sua mãe com o intuito de que a família mudasse para o Paraná o quanto antes.

O valor enviado possibilitava a viagem de apenas duas pessoas. Assim sua mãe, precisou escolher qual dos onze filhos - sendo sete do sexo feminino e quatro do sexo masculino - levaria com ela. Assim, escolheu um dos meninos que contava com quatro, cinco anos, baseada na crença de que “o homem é mais forte”, apesar das irmãs serem mais velhas. Nazareth conta que sua mãe “confiou nas irmãs ficarem cuidando uma da outra e dos outros irmãos”, deixando para trás os filhos à própria sorte no barraco onde viviam.

Nazareth lembra das dificuldades que passou:

“Todo mundo morrendo de fome. Levar vela na mão lá no Norte é assim: eles colocam uma vela na sua mão... E por três vezes eu levei vela na mão de fome e tinha que alguém aparecer, uma alma piedosa que dava um pouquinho de leite, alguma coisinha e eu me recuperava. Então foi muito difícil.”

Após dois meses acumulando o dinheiro dos lucros da lavoura e ainda com o pedido de adiantamento para o dono do sítio, sua mãe conseguiu finalmente providenciar a vinda de todos os filhos para a cidade de Astorga.

Durante a longa viagem, os dez irmãos enfrentaram grandes adversidades dado o pouco dinheiro que possuíam e a pouca idade, mas puderam contar com a ajuda de estranhos:

“Minha irmã contava que chegamos numa fazenda e tinha um casal de fazendeiros. Os filhos deles já estavam casados, já tinham saído de casa. E eles cozinhavam abóbora para os porcos. Tinha um tacho de abóbora cozida no chão e aquilo a gente nunca tinha visto. Abóbora, aquela abóbora amarelinha... E eu caí na abóbora matando, comendo ‘esganada’. Quando a fazendeira viu aquilo, disse chorando: ‘Gente, a gente está no fim do mundo. Filha, você não pode... Isso é pra porco comer, não é pra você comer. E disse que me levou pra dentro e levou as minhas irmãs também. Deixou a gente tomar banho, deu roupa, sapato’.”

Nazareth conta ainda que a fazendeira se ofereceu para cuidar dela, pois acreditava que com a saúde debilitada não suportaria as dificuldades do percurso até o Estado do Paraná. Para isso, a mulher pediu aos seus irmãos que a deixasse na fazenda e prosseguissem a viagem, afirmando que poderiam retornar para buscá-la assim que

estivesse apta para enfrentar a longa jornada. Entretanto, as irmãs sabiam que a mãe esperava a vinda de todos os filhos e seguiram para o município de Astorga.

Logo, a família reunida finalmente iniciou uma nova vida.

A infância no Estado do Paraná

Com a chegada de todos, percebeu-se que apenas três dos irmãos eram suficientes para o andamento da plantação da família. Deste modo, as irmãs passaram a trabalhar em outros sítios e ganhavam por produção nas lavouras de café. Os três filhos mais novos ficavam responsáveis pelos afazeres domésticos.

Filha mais nova e supostamente sem condições físicas para o trabalho na lavoura dado ainda, ao seu estado avançado de desnutrição, Nazareth ficou responsável pela preparação das refeições de toda a família. Nesta época ela contava com pouco mais de seis anos de idade, já cozinhava e levava as refeições até os irmãos na roça com a ajuda de um carrinho de duas rodas construído por um dos irmãos.

Nazareth relata que foi durante a infância que o artesanato surgiu em sua vida:

“Agora o artesanato na minha vida começou na roça. Eu pegava sabugo de milho e fazia boneca e fazia vestidinho, cabelo assim de sabugo. Então o artesanato começou aí.”

Aos oito anos, ela e o irmão mais novo começaram a frequentar a escola na zona urbana do município de Astorga. Nazareth conta o início de sua vida escolar:

“Eu fui a única de todas as filhas que quis estudar, as outras iam para uma escolinha no sítio. Eu não, eu fui pra cidade porque eu queria ver gente. O meu irmão ia comigo porque eu não podia ir sozinha. Aí eu ia pra cidade e eram dez quilômetros pra ir, dez quilômetros pra voltar. Descalça, com pé no chão. A gente tinha um par de chinelo de dedo. Aí, enfaixava esse pé e ia com um pé calçado. Meu irmão ia com o outro enfaixado e o outro sem. Era um par de chinelo para duas pessoas, mas a gente tinha quatro pés. Um dia a professora notou, porque às vezes eu esquecia de enfaixar um pé e enfaixava o outro. Aí ela trouxe dos filhos dela bastante calçado e deu

pra gente. E a gente não via a hora de amanhecer o dia pra calçar aquele tênis e ir pra escola.”

Aos nove anos, começou a trabalhar como pajem, ou seja, era babá da filha de uma professora. A partir de então, não precisava mais andar por dez quilômetros, pois passou a viver na casa da professora na zona urbana. Assim prosseguiu seus estudos tranqüilamente e era considerada uma boa aluna.

A adolescência

Passaram-se os anos e os irmãos mais velhos foram aos poucos construindo suas próprias famílias. Com isso, a mãe e os três irmãos mais novos resolveram mudar para a cidade, alugando uma casa que possuía apenas um cômodo.

Logo, os outros dois irmãos se casaram e apenas Nazareth permaneceu com a mãe. Nesse período, para cobrir as despesas, a mãe trabalhava em uma lavoura de café e em um hotel nos fins de semana. Nazareth continuava como babá e também auxiliava sua mãe nos afazeres no hotel.

Com esforço, as duas conseguiram comprar a primeira casa própria. Em seguida, a irmã mais velha, que passava por dificuldades, construiu uma casa nos fundos do terreno para morar com a família.

Aos dezesseis anos, insatisfeita com as possibilidades que o município de Astorga proporcionava, ela e sua mãe foram para a cidade de Londrina. Chegando à nova cidade, ofereceram seus serviços como empregada doméstica. Entretanto, os fatos foram contra as expectativas. Nazareth lembra:

“Aí nós fomos procurar trabalho de empregada doméstica. Naquele tempo não era como agora, todo mundo dava serviço, não precisava de referência. Aí a minha mãe arrumou uma casa para eu trabalhar. E ela arrumou uma para ela, só que era longe. E me deixou lá. Quando a minha mãe virou as costas, eu endoidei. A hora

que a mulher se distraiu eu saí sem rumo. Londrina... Parei na calçada, sentei no meio fio e chorei, chorei. Passou uma moça e ela passou a mão no meu cabelo e perguntou o que havia acontecido. Aí, a moça entrou e falou: 'Nossa, tem uma menina ali fora, adolescente mas ela está chorando tanto. E ela parece com a senhora, é da mesma cor da senhora.' Quando a minha mãe viu, ela falou: 'É minha filha'. Ficamos chorando. Aí a mulher falou que não podia aceitar nós duas e então voltamos para Astorga."

Já de volta ao município de Astorga, resolveram partir novamente. A cidade de destino era o município de Arapongas, também no Estado do Paraná, onde uma de suas irmãs havia mudado recentemente com a família.

Em busca de novas oportunidades, logo se estabeleceram na cidade e alugaram uma casa. Nazareth começou a trabalhar como empregada doméstica e sua mãe como lavadeira.

Aos dezesseis anos, incentivada pela filha de sua patroa, Nazareth fez uma entrevista de emprego para uma rede de distribuidora de peças automotivas. Concorreu à vaga de balconista com mais quarenta e duas candidatas e passou.

Nesse período, ela e a mãe decidiram comprar uma casa em Arapongas. Nazareth entrou em acordo com o proprietário que aceitou parcelar a compra em cinco parcelas. Deste modo, utilizaria o dinheiro da venda do imóvel que possuíam na cidade de Astorga e as economias do novo salário como balconista.

Entretanto, o valor das parcelas eram superiores ao valor do salário que recebia. Com a saída de duas funcionárias, Nazareth percebeu que poderia acumular outros cargos dentro da distribuidora e triplicar o seu salário. Assim, contou ao gerente sobre a dívida que havia adquirido e este aceitou a proposta.

Para cumprir com suas funções, Nazareth passou a ficar responsável pela limpeza do estabelecimento, os serviços de copa e a impressão de notas fiscais, além do atendimento no balcão. No período noturno, ainda freqüentava a escola, completando o segundo grau.

Em poucos meses conseguiu quitar as parcelas do imóvel e enfim, ela e sua mãe, começaram a morar em um imóvel próprio.

Em 1967, ainda aos dezessete anos, depois de um ano trabalhando na distribuidora de peças automotivas, conheceu seu primeiro marido. Ele era economista e trabalhava em um banco próximo à distribuidora. Após quatro meses de namoro, casaram-se e foram morar na cidade do Rio de Janeiro.

Com o apoio do marido iniciou o curso de Pedagogia. Porém, com o nascimento dos filhos acabou desistindo dos estudos. Após nove anos de casamento e desentendimentos e, segundo ela, pelo desnível social, a união terminou.

Nazareth relata:

“Eu casei e fui pro Rio de Janeiro com dezoito anos. Em uma cidade que nem o Rio de Janeiro e eu era uma menina que sempre viveu no sítio. E a família era assim, você tinha que comer com guardanapo e eu não estava acostumada com aquilo. Às vezes, eu colocava a faca na boca, porque eu não estava acostumada. Eles, ao invés de me ajudarem, eles chamavam a atenção, sabe. Eles me discriminavam muito por isso. Eles não aceitavam que ele tivesse casado com uma pessoa assim. Porque ele era de um nível. Ele era economista e eu tinha 2º grau. Ele queria que eu estudasse e eu consegui estudar dois anos de pedagogia. Mas eu não... Eu fiquei grávida da Ana Paula, vomitava muito, passava mal e tive que deixar. Depois eu não quis voltar e engravidei do Alan. O casamento não deu certo, por causa do desnível social, eu não conseguia entrar naquele mundo deles e eles não conseguiram me levar para o mundo deles, eles queriam que eu fosse sozinha. Mas eu estava acostumada com coisa grosseira, sabe. Com roça, com trator. Eu não estava acostumada com aquela vida. De fazer cabelo, fazer unha. E o casamento não deu certo. Ai ele começou a arrumar muitas mulheres fora. Não parava em casa e a gente brigava muito. Ai eu fui pra casa da minha mãe no Paraná.”

HOGGART (1974) em suas observações sobre o comportamento da classe operária, afirma que a vida no proletariado “é parte de uma cultura muito marcada” onde adquirimos do ambiente determinada postura e esta permanece enraizada apesar das novas vivências. Dessa forma, é impossível agir com naturalidade a partir de uma cultura que não nos pertence.

Segundo HOGGART (1974:40):

“O homem do proletariado seria incapaz de respeitar a etiqueta de um jantar de sete pratos, mas o homem da alta burguesia seria igualmente incapaz de respeitar a etiqueta das classes operárias e, na maneira como conversasse (não só no assunto da conversa, ou no vocábulo empregado, mas ainda no ritmo imprimido a essa conversa), mas ainda na maneira como movesse as mãos e os pés, mandasse vir bebidas ou tentasse oferecê-las, revelaria indubitavelmente que não era aquele o seu meio.”.

Nazareth não conseguia ter uma conduta “aceitável” pela família de seu marido, uma vez que esse estilo de vida não pertencia a seus costumes.

Portanto, em 1977, Nazareth voltou para o Paraná com Alan, o filho mais novo, que possuía quatro anos de idade. A filha Ana Paula, com cinco anos, optou em ficar com o pai que apresentava melhores condições financeiras.

Reconstrução: o recomeço e a nova profissão

O retorno a Arapongas foi difícil e o apoio de sua mãe foi fundamental para a reconstrução de sua vida depois do fim do casamento. Entretanto, após dois anos de sua separação, a mãe, que permaneceu sozinha depois da morte de seu pai, veio a falecer de diabete.

Em 1979, Nazareth começou a trabalhar na distribuidora de bebidas Brahma, permanecendo responsável pelas notas fiscais e o atendimento do balcão. Foi a partir desse emprego que conseguiu reorganizar sua trajetória. Com o bom salário, reformou a casa e já podia oferecer boas condições de vida ao filho. Assim, seguiu cinco anos nessa empresa.

Em 1984, assumiu o cargo de representante comercial em um balneário chamado Rabilândia, nome originado do sobrenome Rabito, de uma família

tradicional e proprietários de uma grande extensão de terras em Arapongas. Nesse período, fez o curso de Magistério, concluído em 1988. Com isso, após mais quatro anos de trabalho no balneário decidiu se dedicar à carreira de professora.

Nesse momento, Nazareth conheceu o atual marido, Pedro, recém separado da mulher e que procurava uma casa para morar. Ela, que possuía uma casa pequena nos fundos do quintal, alugou para Pedro. Dessa ocasião, aos poucos, firmaram o relacionamento e os dois estão juntos até hoje.

Logo, começou a dar aula na área de educação especial, na APAE em Arapongas. Em 1990, fez um curso sobre deficiência mental, equivalente a um curso de especialização. Segundo Nazareth “quem tinha curso superior era de especialização, quem não tinha, só tinha magistério, era adicional.”.

O trabalho com Educação Especial era muito prazeroso, mas as relações com a direção das escolas eram difíceis. Assim, Nazareth relata diversos conflitos nos quais se via envolvida. Sempre que percebia situações de injustiça ela reagia:

“Uma escola também que eu trabalhei lá no Paraná. A escola tinha uma chácara e dessa chácara vinha a alimentação das crianças. As crianças, os grandes, trabalhavam nessa chácara com hortaliças, essas coisas. (...) Essa chácara quase assim, sustentava as crianças. Um dia , soltaram que os porcos morriam de doença e que eles davam para as crianças comerem e a gente comia também. Todo mundo comia. Vaca morria, não sei porque...eles pegavam a carne e davam pra gente comer. Eu descobri isso e daí eu enfrentei. Sabe, de não aceitar, de não aceitar e de falar: eu vou recorrer. Vou convocar uma reunião na minha casa e vou contar como é que vocês tratam os filhos deles aqui. Então, eu fui muito assim, perseguida por causa disso.”

Em 1992, Pedro decidiu mudar-se para Campinas à procura de melhores oportunidades de trabalho e convidou Nazareth para morarem juntos. Assim, após catorze anos dando aulas para portadores de deficiência mental em Arapongas, despediu-se do emprego na APAE e seguiu para a nova cidade.

Campinas: primeiras impressões

A escolha pelo bairro onde iriam morar em Campinas, não foi uma decisão direta de Nazareth e seu marido, que desconheciam a cidade. Um sobrinho de Pedro, pesquisou imóveis na região e encontrou o terreno com ótimo valor no Jardim Santa Mônica. Assim, contactou Pedro e propôs que comprassem juntos e loteassem o terreno entre os dois.

O terreno já possuía uma pequena casa onde Nazareth e Pedro se instalaram. A outra parte ficou para o sobrinho que pretendia construir uma casa quando adquirisse recursos financeiros suficientes.

Em primeiro instante, o bairro apresentava boas condições de vida, comércios próximos a sua residência, transporte urbano e posto de saúde. Elementos que não se diferenciavam da cidade pequena de Arapongas.

Com o passar do tempo, Nazareth começou a sentir a presença da violência no bairro. Em conversas com os novos vizinhos soube dos acontecimentos que antecederam a sua chegada a Campinas:

“Quando compramos a casa, o dono quis mudar porque mataram uma pessoa e jogaram aqui no portão. Como ele tinha dois filhos adolescentes, ele vendeu a casa bem barata e foi embora. A gente comprou a casa sem saber, achando que tinha comprado uma casa muito barata...”

Além disso, no seu primeiro emprego em Campinas, ela lembra a reação do presidente da escola ao saber em qual bairro residia. Naquele momento, Nazareth ainda desconhecia a “fama” da região:

“Uma vez, teve uma greve de ônibus. Aí, foi um ônibus cheio, mas eu arranjei um lugarzinho e fui trabalhar. Quando eu cheguei lá a diretora falou: ‘Não, Nazareth. Quando tem greve de ônibus você não precisa vir porque é muito perigoso. Eles apedrejam o ônibus. Então a sua falta é abonada.’. Mas eu não sabia. O presidente da escola falou: ‘Não, eu não vou deixar a senhora esperando no ponto de ônibus se não tem ônibus. Eu vou levar a senhora lá, onde que a senhora mora?’. Eu

respondi: No Santa Mônica. Nossa, o homem quase caiu sentado. 'Como a senhora mora no Santa Mônica?'. Eu falei assim: Morando... E ele falou: 'Nossa, mas lá é um lugar muito perigoso, é muita violência. Eles matam gente ali todo dia'. Aí, ele veio e me deixou lá em cima na pista. Foi então que eu soube que o Santa Mônica tem fama, mas eu não sabia."

Nesse período, Nazareth foi aos poucos se adaptando às características da região, conhecida pelas favelas, o tráfico de drogas e homicídios. Apesar disso, ela relata um dos fatos que a deixou perplexa frente à criminalidade:

"Uma vez eu desci do ônibus e tinha um cara que tinha levado um tiro na testa e estava saindo sangue igual a uma torneira. E eu fiquei apavorada e eu estava vindo de uma cidade pequena que não tinha isso, um ajuda o outro. Eu falei: Gente, precisa chamar uma ambulância! E já fui lá pegar o cara. E uma mulher falou: 'Pára, não vai! Porque quem atirou está olhando pra você. Se você chegar lá você também morre.'. Aí que eu fiquei mais apavorada. Porque as pessoas estavam vendo um cara morrer, sangrando e não podia socorrer. E aí eu quis entrar naquele universo para saber como é que é... Essa foi uma passagem que me fez odiar Campinas."

Ela lembra que em muitos momentos desejou retornar para a cidade onde residia no Estado do Paraná, um lugar com poucos habitantes e com baixos índices de violência. Entretanto, devido ao bom emprego de seu marido e a conquista do seu primeiro trabalho, persistiu na nova cidade.

Professora de educação especial em Campinas

Sem expectativas e com poucas informações sobre a cidade, Nazareth almejava dar continuidade a sua profissão de professora. Soube então, da existência do Instituto de Pedagogia Terapêutica "Norberto de Souza Pinto"¹⁷ e logo estava contratada:

"Fui ao Instituto de Pedagogia Norberto e nem levei currículo porque eu não sabia que precisava, eu fui lá me oferecer para trabalhar. Tinha uma sala pra mim! Eu falei: Nossa que legal. Aí fui e fiquei no Norberto cinco anos. A prefeitura... Eles

¹⁷ O Instituto de Pedagogia Terapêutica "Professor Norberto de Souza Pinto" é uma escola de educação especial e de assistência social. Atende alunos com deficiência mental.

chamavam e você escolhia a sala. Quando chegava a minha vez, sempre tinha o Norberto..”

Nessa época, apesar do Instituto de Pedagogia Terapêutica ser uma instituição pública, existiam funcionários selecionados por meio de concurso público e professores contratados pela própria instituição ou pela prefeitura municipal de Campinas para as chamadas “salas ociosas”.

Segundo Nazareth, o número de professores disponibilizados pelo Estado era menor que a demanda das escolas de educação especial campineiras. Dessa forma, restava ao município suprir essa necessidade das instituições escolares com contratações por tempo determinado, entretanto, não eram abertos novos concursos públicos da prefeitura.

Depois de um ano, foi novamente contratada pelo Instituto de Pedagogia Terapêutica e também começou a trabalhar em outro período na Associação de Desenvolvimento dos Autistas de Campinas (ADACAMP)¹⁸, nesse caso com contrato pela prefeitura de Campinas.

Em 1996, devido ao descumprimento de normas contratuais por parte do presidente do Instituto de Pedagogia Terapêutica, Nazareth buscou seus direitos e processou a instituição. Com o ganho do processo, recebeu o valor de R\$ 25.000,00.

Dessa forma, permaneceu com contrato na Associação de Desenvolvimento dos Autistas de Campinas e em outro período começou a trabalhar no ITARDE.

Em 1998, após as eleições para a prefeitura do município de Campinas, o novo regimento da Secretaria de Educação demitiu vários professores contratados pela prefeitura, dentre eles Nazareth. Deste modo, após seis anos, decidiu parar de atuar na área de Educação Especial.

¹⁸ Associação para o desenvolvimento dos autistas em Campinas (ADACAMP) é uma instituição assistencial, filantrópica e sem fins lucrativos.

Entretanto, a determinação de não exercer a ocupação de professora surgiu de um novo interesse profissional. Ela lembra:

“Quando eu parei no Norberto, na DACAMP e no ITARDE, eu conheci um monte de gente e eu comecei a levar artesanato e compravam muito. Ai um dia uma delas falou: Nazareth você faz essas coisas. Se você se dedicar você vai ganhar dinheiro e se estressar menos. E eu ouvi aquilo e pensei: Você sabe que é verdade. Ai comecei a fazer artesanato.”

A partir daquele ano, pretendia investir na produção de produtos artesanais como meio de sobrevivência.

A relação com a universidade

Em 2000, uma amiga chamada Maria contou-lhe que alguns médicos da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP) estavam organizando uma reunião para conversar com a comunidade.

No dia marcado, Nazareth foi sozinha (a amiga Maria¹⁹ precisava terminar seus afazeres domésticos) até a Igreja Católica do bairro e conheceu o doutor Humberto Rangel²⁰ presidente do Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES) e o Professor Doutor Carlos Correa²¹ do Departamento de Medicina Preventiva e Social da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP.

¹⁹ Maria dos Santos é empregada doméstica e moradora do Jardim Santa Mônica.

²⁰ Humberto de Araújo Rangel possui graduação em Faculdade de Medicina pela Universidade Federal da Bahia (1949) e doutorado em Biologia (Imunologia) pela Universidade Estadual de Campinas (1968). Pesquisador do Instituto Butantan (1952-1964) Professor Assistente da Escola Paulista de Medicina (1959-1964) Chargé de Recherches do Instituto Pasteur de Paris 1964-1966) Professor titular da Universidade Estadual de Campinas- UNICAMP - (1968-1996). Pesquisador voluntário da UNICAMP e do IPES (1996-presente) Tem experiência na área de Imunologia, atuando principalmente nos seguintes temas: Produção de antitoxinas Determinantes antigenicos, Hemolise passiva, Doença de Chagas, Produção e controle de ratos e camundongos SPF. Atua atualmente na área de Promoção da Saúde no Laboratório Inter-Institucional de Pesquisa e Ação em Comunidade Saudável (LIPACS-UNICAMP).

²¹ Carlos Roberto Silveira Correa possui graduação em MEDICINA pela Universidade Estadual de Campinas (1978), mestrado em Mestrado em Medicina pela Universidade Estadual de Campinas (1993) e

Naquele momento, no ano de 2000, o interesse na comunidade do Complexo do Jardim São Marcos pelo Doutor Carlos surgiu da necessidade de saber o número de crianças desnutridas na região. Para isso, foi organizado um curso de extensão para os moradores da região interessados em ser agentes comunitários de saúde. Ministrado pelo Instituto de Pesquisa Especiais para a Sociedade da Unicamp, vinte pessoas foram selecionadas, dentre elas Nazareth.

Para a coleta de dados, os agentes comunitários percorreram as partes mais carentes da região, adentrando nos locais com moradias precárias e as favelas. Esse trabalho proporcionou à Nazareth conhecer um lado diferente do Complexo São Marcos, além disso, o trabalho rendeu a cada um R\$300,00.

Dos agentes comunitários, Nazareth foi a que mais se destacou pela sua dedicação, inteligência e espontaneidade. Ela define que o contato com professor Humberto de Araújo Rangel e o Doutor Carlos Roberto Silveira Correa mudou o rumo de sua vida em Campinas, demonstrando extrema admiração àqueles que ela nomeia como “pessoal da UNICAMP”:

“Eu só comecei a gostar de Campinas e me ver como uma mulher com direitos e deveres, uma cidadã, depois que eu conheci esse pessoal da UNICAMP. Verdade mesmo. Isso eu falo pra qualquer um. Porque aí, eu vi o doutor Carlos... Ele vinha aqui em casa, ele sentava ali na soleira da porta, no chão. Ele brincava com os cachorros. E aquele homem era um médico, ele era branco. Sabe, ele me tratava, ele me trata... Assim, se ele precisar chamar a minha atenção, ele chama. Se ele tiver que me elogiar, ele me elogia. Se ele tiver que... E o professor Rangel me tratava assim, sempre como uma pessoa muito importante. Eu, uma pessoa simples da comunidade.”

Através de suas experiências em instituições escolares, Nazareth sentia que o tratamento que recebia de alguns colegas de trabalho era carregado de preconceito e falsidade. Desse modo, viu no “pessoal da UNICAMP” uma humildade que não

doutorado em Doutorado em Saúde Coletiva pela Universidade Estadual de Campinas (1998) . Atualmente é Professor Doutor da Universidade Estadual de Campinas. Tem experiência na área de Saúde Coletiva , com ênfase em Epidemiologia.

imaginava encontrar, ou seja, pessoas que a valorizavam e queriam ouvi-la. E concluiu:

“Não, o mundo é diferente. Eu não posso rotular as pessoas.”

Nazareth não percebia que as atitudes preconceituosas dos outros a faziam também a reagir com preconceito.

O Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade - IPES

Nos anos de 1993 a 1996, o Complexo São Marcos recebeu atenção especial no quadro de políticas públicas do governo municipal de Campinas, conduzido pelo prefeito José Roberto Magalhães Teixeira. Deste modo, a região foi escolhida para a concentração dos esforços para a implantação das diretrizes da “comunidade saudável” indicadas na Conferência de Ottawa e estimulada pelo Programa “Municípios/Comunidades Saudáveis” da Organização Panamericana de Saúde (OPAS), ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS).

“Um município saudável, de acordo com a OPAS, é aquele em que as autoridades políticas e civis, as instituições e organizações públicas e privadas, os proprietários, empresários, trabalhadores e a sociedade dedicam constantes esforços para melhorar as condições de vida, trabalho e cultura da população; estabelecem uma relação harmoniosa com o meio ambiente físico e natural e expandem os recursos comunitários para melhorarem a convivência, desenvolver a solidariedade, a co-gestão e a democracia.” (OPAS apud Adriano et al, 1996:55, MARTINS, 2004:43)

Neste período foram realizadas algumas ações para a sensibilização da participação comunitária (moradores e lideranças locais) e dos membros da administração pública, como congressos e a implantação de programas sociais.

Entretanto, a partir de 1997, com o término da administração do prefeito José Roberto Magalhães Teixeira, o Programa “Municípios/Comunidades Saudáveis” deixou de ser prioridade do governo municipal. Porém, a implantação dos conceitos do projeto no Complexo São Marcos foi assumida pelos idealizadores do Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES).

O Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES) é um projeto apoiado pela Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários da Universidade Estadual de Campinas e financiado pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo. Criado em 1997, por um grupo de pesquisadores universitários de diferentes instituições brasileiras (Universidade Estadual de Campinas, Universidade de São Paulo, Pontifícia Universidade Católica de Campinas, Instituto Butantã, Instituto de Tecnologia de Alimentos), tem como objetivo:

“Desenvolver projetos que visem a utilizar o conhecimento científico direto para a sociedade em geral e mais particularmente para as populações com menos poder aquisitivo. (RANGEL, 2004)

Dessa forma, o instituto tem como foco de atuação o Complexo São Marcos, uma das áreas com os piores indicadores sociais do município de Campinas.

As ações também estão baseadas nos princípios defendidos pelo Programa Municípios/Comunidades Saudáveis, que é estimulado principalmente pela Organização Panamericana de Saúde (OPAS), ligada à Organização Mundial da Saúde (OMS). Tem realizado a partir de 1999, encontros com a comunidade para a divulgação e sensibilização dos moradores para a implantação dos conceitos do que vem a ser uma “comunidade saudável”.

Entre os anos de 1999 a 2001, o Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade organizou eventos que contou com a participação de jovens e adultos da

região. Entretanto, a atuação da instituição ficou restrita aos congressos, em um processo lento de trabalho junto a comunidade. Dessa forma, não houve o alcance dos objetivos traçados desde a sua fundação.

Nos anos de 2005 e 2006 foram implantados os Centros Telemáticos de Educação Continuada em três bairros da região do Complexo São Marcos, com o oferecimento de aulas gratuitas de informática aos moradores. O projeto visava a inclusão digital e a formação de monitores para que esses pudessem dar continuidade ao projeto de maneira autônoma.

No ano de 2007, com a saída de monitores contratados e remunerados, os Centros Telemáticos de Educação Continuada foram ao longo do ano desativados por falta de manutenção e organização. Dessa forma, apesar das intenções do Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade, os projetos não possuem estrutura e planejamento adequados que possibilitem a continuidade do trabalho pela comunidade.

Atualmente, o Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade está com o projeto de ativação do jornal local e resgate da memória do Complexo São Marcos. Entretanto, é um projeto a longo prazo.

Primeiro grupo de alfabetização e artesanato: Projeto Reescrevendo

O primeiro projeto surgiu por acaso:

“Aí, a Maria, essa Maria foi a minha primeira aluna. E ela veio um dia e falou assim pra mim: Nazareth, você fala tão bonito. Eu queria falar igual a você. Você me ensina a ler e a escrever? Eu falei: Olha, querer eu não quero. Mas pensei cá comigo mesma... Aí comecei. Ela vinha, ela ficava sentada no chão com um caderninho, daqueles caderninhos bem pequeninhos com um lápis. Tudo o que eu falava ela rabiscava, sabe. Porque ela sabia escrever, ela não sabia assim, por exemplo, NATAU, ela colocava U, não colocava L. Esse tipo de coisa, ela escrevia do jeito que fala. E eu não estava muito a fim. Aí eu ficava lavando louça e ela no chão e ficava conversando. Um dia, um mês e pouco, depois que ela veio. Eu olhei pra aquela mulher e eu falei: Puxa vida... ela quer e eu posso, eu vou ajudar. Aí eu comecei a levar a sério. Aí ela

chegou e falou que o marido dela queria vir. Falei está bom, pode vir. Aí, o marido falou que o vizinho pedreiro queria vir também. E eu disse está bom também. Aí já teve que estruturar, colocar uma mesa, já não pode ser no chão, ali. E por aí, foi.”



Fig. 1 Estandarte do grupo Reescrevendo

Assim, em 2001 surgiu o projeto Reescrevendo. Nas noites de segunda à quinta-feira Nazareth abria as portas de sua casa para os vizinhos que queriam aprender a ler e a escrever. Com a ajuda do marido, Pedro, improvisava a iluminação e uma grande mesa para os alunos fazerem as lições, inspiradas no método de alfabetização Paulo Freire.

Com o tempo, Nazareth percebeu que alguns dos seus alunos, principalmente donas-de-casa, tinham interesse em aprender a fazer os trabalhos manuais que produzia e comercializava entre conhecidos. Assim, além das aulas de alfabetização, ela começou a dar aulas de artesanato uma vez por semana com o intuito de comercializar e gerar renda a essas mulheres. Além disso, ela sentia que com a venda do artesanato, a auto-estima das mulheres se elevava, motivando-as para as aulas de alfabetização.

BRANCO (2000) constata que:

"A participação das mulheres em grupos e o seu acesso ao trabalho assalariado são, com toda a certeza, passos importantes em direção à ruptura do seu 'eu', como está constituído na esfera doméstica, e à sua inserção no espaço público." (BRANCO, 2000:62)

Dessa forma, as mulheres começaram a intervir em seu próprio destino, adquirindo mais autonomia e também buscando melhores condições de vida.

O artesanato do grupo era vendido em feiras de artesanato na zona central de Campinas, em eventos na Universidade Estadual de Campinas e na região, em eventos como o "ABRAÇO". Nesse evento, as instituições sociais (Organizações Não Governamentais, associações de moradores e escolas) da região expõem seus trabalhos, transformando-se em um acontecimento que também permite a integração entre os moradores da região.



Fig. 2 Nazareth e seus alunos no quintal de sua casa.

Em 2001, ela foi convidada a participar de uma reunião sobre o Brasil Alfabetizado, um projeto do Governo Lula que começava a ser implantado em Campinas. Na reunião, explicaram que o programa seria desenvolvido a partir de

educadores populares que receberiam apenas R\$120,00 por mês e R\$7,00 por aluno.

Indignada, a ela disse o seguinte para os organizadores do projeto em Campinas:

“Quer dizer que a educadora popular vai atrás dos alunos nas favelas, pesca os alunos, leva pra uma sala de aula. Porque é difícil você levar um adulto pra uma sala de aula. Aí a alfabetizadora popular ganha um salário de R\$120,00 por mês, que é um salário de miséria, uma esmola. Aí ela ganha essa esmola, e vocês que são, aqui, da alta cúpula, que estão fazendo projetos. Aí vocês ganham, mas a alfabetizadora ganha uma miséria! Vocês acham isso justo? Aí um olhou pro outro e falou assim: ‘Mas de qualquer maneira elas vão ter que fazer...’ Não, nós não temos que fazer, a obrigação é de vocês! Nós pagamos pra isso. Se vocês estão aqui é porque nós existimos. Porque se nós não existíssemos, vocês não teriam emprego. Porque se vocês são professores PhD atrás de uma mesa. Vocês precisam de gente e nós somos gente. Isso eu não concordo de jeito nenhum. Eu dou aula de graça, mas pra encher a bola de vocês eu não faço isso. Você gostaria de estar no meu lugar hoje? É... Vou ser uma doutora que defendeu a tese de não sei o quê. Aí eu chego pra você: ‘Você vai trabalhar por R\$120,00’, sendo que você não faz as suas compras do mês, nem sustenta a sua família com R\$120,00. Você ia ficar feliz com isso? Ele falou: Não. E eu falei: ‘Eu também não’. Ele falou: ‘É, mas a situação é inversa.’ ‘É, então deixa eu desabafar e vocês falam o que vocês quiserem e eu falo o que eu quiser também, porque a gente está num país livre.’”(risos)

Dessa forma, Nazareth preferiu não participar do programa Brasil Alfabetizado e continuou com o projeto Reescrevendo na sua própria casa.

Entretanto, a procura pelas aulas e a permanência de muitos alunos em sua casa começou a interferir na rotina.

MATTA (1985) afirma que “casa” e “rua” são palavras que possuem categorias sociológicas, ou seja, “não designam simplesmente espaços geográficos ou coisas físicas mensuráveis, mas acima de tudo entidades morais, esferas de ação social, províncias éticas dotadas de positividade, domínios culturais institucionalizados e, por causa disso, capazes de despertar emoções, reações, leis, orações, músicas e imagens esteticamente emolduradas e inspiradas.”

Ainda segundo MATTA (1983), o termo “rua” sugere descontrole e massificação enquanto que “casa” retrata o controle e o autoritarismo, ou seja, duas palavras com significados opostos. Para o autor, “... A categoria rua indica basicamente

o mundo, com seus imprevistos, acidentes e paixões, ao passo que casa remete a um universo controlado, onde as coisas estão nos seus devidos lugares.”. Logo, a casa é o espaço da minha família, da “minha gente” ou dos “meus”. (MATTA, 1983)

Com o passar dos meses, Nazareth sentia sua casa, o espaço de sua família, invadido pelos alunos que a procuravam em horários inapropriados ou em condições inadequadas. Ela relata:

”Só que quando dava aula aqui, tinha... eu dava guaraná, pipoca, suco. Aqui em casa tinha toda aquela coisa. Mas aí o Pedro começou a falar assim: Não, está interferindo demais. Aqui, não. E eu também concordei: é, aqui não. Não dá. Porque aí a gente estava jantando e já tinha gente batendo no portão. Então já queria entrar, sabe. Já falavam de cheiro de janta, já vinha... Tinha um que trabalhava no CEASA²², ele me trazia abacaxi, melancia para pagar, uma forma de pagamento. Mas às vezes ele bebia... Em casa não dá.”

Enfim, Nazareth percebeu aquilo que MATTA (1983) concluiu: “não se pode misturar o espaço da rua com o da casa sem criar alguma forma de grave confusão ou até mesmo conflito.” (MATTA, 1983:57)

Completando o pensamento de MATTA, HOGGART (1975) afirma que para manter “a qualidade da vida do lar” devemos resguardá-la dos “estranhos”, pois apesar dos vizinhos pertencerem “à mesma laia” e estarem prontos a ajudar em caso de necessidade, podem ser “bisbilhoteiros e mal intencionados”.

Dessa forma, Nazareth interrompeu as aulas em sua residência. Entretanto, as aulas retomaram no imóvel ao lado, de propriedade de Pedro, marido de Nazareth. A casa, construída no mesmo terreno, havia acabado de desocupar e estava disponível para locação, mas enquanto não havia interessados, Nazareth resolveu utilizá-la para os encontros do Projeto Reescrevendo.

No final do ano de 2001, o grupo realizou um desfile para a abertura do III Encontro “Comunidade Saudável” organizado pelo Instituto de Pesquisas Especiais

²² O CEASA (Central de Abastecimento de Campinas S.A.) é um entreposto de abastecimento que comercializa hortifrutigranjeiros. Está localizada na Rodovia Dom Pedro I em Campinas, próximo ao Complexo São Marcos.

para a Sociedade no Centro de Convenções da Universidade Estadual de Campinas. Para a participação dos moradores do Complexo São Marcos, foram contratados quatro ônibus pelo instituto, oferecendo gratuitamente o transporte até o evento.

Para o desfile, participantes do Projeto Reescrevendo e mães de adolescentes, que desejavam desfilar, produziram peças artesanais. Um trabalho que exigiu um mês de dedicação e integrou as mulheres da comunidade.



Fig.3 Adolescente desfila com peças ornamentadas pelas mulheres do projeto.

No início do ano de 2002, a coordenadora da Fundação Municipal para a Educação Comunitária (FUMEC) que supervisionava os grupos de alfabetização da região interessou-se em conhecer o projeto de Nazareth para ajudar um amigo jornalista que procurava ações voluntárias em Campinas. Ela lembra:

“A coordenadora da FUMEC²³ veio aqui para conhecer o trabalho, porque como eles tinham uma escola na Igreja Presbiteriana e os alunos ficavam aqui. Ela veio aqui para conhecer, ver o meu trabalho, ver o que eu fazia. Ela deve ter pensado: ‘Ah, essa mulher está pegando os meus alunos. Eu vou lá ver.’ Quando ela veio aqui, ela se apaixonou pelo trabalho. Aí, ela falou que tinha um amigo que era repórter do Correio Popular e ela falou pra ele: ‘Conheci uma mulher que você precisa entrevistar.’ Ele veio e me entrevistou pra participar do concurso.”

²³ Fundação Municipal para a Educação Comunitária

Assim no ano de 2002, o trabalho desenvolvido por Nazareth foi indicado ao prêmio “Projeto Cidadão” promovido pela Rede Anhanguera de Comunicação em parceria com a Companhia Paulista de Fornecimento de Luz (CPFL). Foram indicadas vinte e sete ações sociais voluntárias de Campinas e região, com reportagens veiculadas no período de abril a outubro nas edições do Jornal Correio Popular²⁴.

Dos indicados, ela ficou entre as quatro ações escolhidas para receber o “Prêmio Cidadão 2002”. A cerimônia, realizada em novembro de 2002, contou com a presença do ex-governador do Estado de São Paulo, Geraldo Alckmin, a ex-primeira dama do Estado, Maria Lúcia Alckmin; da ex-prefeita de Campinas Izalene Tiene; do diretor-presidente da Rede Anhanguera de Comunicação, Sylvino de Godoy Neto e do presidente da Companhia Paulista de Fornecimento de Luz, Wilson Ferreira Júnior.

O prêmio aumentou a motivação de manter o projeto. Da mesma forma, o interesse dos envolvidos era muito grande. Entretanto, após alguns meses foi preciso desocupar a casa, pois surgiu um locatário e o valor do aluguel era imprescindível para manter a sua renda familiar.

Para dar continuidade ao projeto, Nazareth buscou apoio de uma escola da região, a escola estadual “31 de março”. Para isso, foi até a diretora da escola e contou sobre as atividades do grupo e a necessidade de ter um espaço adequado para a realização das aulas. No entanto, a diretora recusou a disponibilidade de uma sala para o grupo, alegando que no período noturno, horário escolhido pelo grupo para as atividades, os alunos do projeto dividiriam o local com gangues e jovens drogados. A diretora ainda sugeriu à Nazareth que recolhesse assinaturas para reivindicar a sala de aula junto à Delegacia de Ensino.

²⁴Recortes do jornal nos Anexos.

Ela relata que seguiu a sugestão, conseguindo o dobro de assinaturas:

“Eu levei o dobro do que ela pediu e ela demorou para dar a resposta. Aí cheguei um dia lá e ela falou: ‘Então, a gente esteve conversando e pra vir você à noite aqui com seus alunos, que são senhoras... Elas vão ficar assustadas porque aqui tem muita violência dos adolescentes’. Eu falei: ‘Na minha opinião de gente ignorante, se os pais dos adolescentes estiverem estudando aqui, seria melhor para vocês porque eles vão respeitar.’ Ela respondeu: ‘Não, a gente pensa totalmente o contrário e o nosso pensamento que vai prevalecer.’ Eu pensei em procurar direitos, em escrever, procurar canal de televisão e pôr a boca no trombone. Mas aí eu vim pra cá, esse bairro é violento e eu podia até ficar mal vista.”

Com esse episódio, Nazareth desistiu de procurar um novo espaço com o temor de represálias. Todavia, realizava alguns encontros esporádicos em sua casa.

Projeto MOVA Brasil

No início do ano de 2003, uma freira chamada Nasaré, do Centro Assistencial Vetrina, uma Organização Não-Governamental também do Jardim São Marcos, informou Nazareth sobre um outro programa de alfabetização chamado MOVA Brasil (Movimento de Alfabetização), financiado pela Petrobrás. Diferente do projeto Brasil Alfabetizado que pertencia ao Governo Federal.

Nazareth se inscreveu e passou na seleção para educadores populares. Assim, quando implantado em Campinas, o projeto estabeleceu vinte turmas de alfabetização distribuídas em diversos bairros do município. A supervisão era realizada por uma arquiteta chamada Rosângela.

Nazareth formou sua turma de alfabetização de jovens e adultos no Espaço Esperança, localizado no Jardim São Marcos. O Espaço Esperança é um núcleo de cidadania da prefeitura de Campinas. Lá são desenvolvidos projetos para todas as idades: educação não-formal para as crianças de sete a onze anos, aulas de dança, curso de cabeleireiro, cursos de informática e diversos tipos de artesanato.

As aulas eram realizadas de segunda a sexta-feira no período noturno. Dessa forma, pôde dar continuidade ao Projeto Reescrevendo.

O Movimento de Alfabetização Brasil, com o financiamento da Petrobrás, oferecia um bom salário aos educadores e ajuda de custo para transporte e alimentação, caso houvesse reuniões em bairros distantes.

Nazareth lembra que com os cinco salários mínimos que recebia do projeto pôde reformar a sua casa e viver com tranquilidade. Além disso, mensalmente eram realizadas agradáveis excursões e passeios para cidades do interior de São Paulo com todas as despesas pagas. As viagens proporcionavam o encontro de todos os educadores participantes do projeto para a troca de experiências, reuniões pedagógicas e cursos de aperfeiçoamento.

Em 2004, após um ano de dedicação, o contrato foi renovado por mais um ano. Ainda no mesmo ano, em uma das reuniões mensais, conheceu Vanessa Setsuko, coordenadora do projeto “Movimento de Alfabetização do Instituto Paulo Freire”, que a convidou para trabalhar como educadora popular em parceria como o Movimento de Alfabetização da Petrobrás. Dessa forma, Nazareth continuou com o grupo, mas com a supervisão de dois projetos.

Após um ano e dez meses, completando quase dois anos do projeto Movimento de Alfabetização com o financiamento da Petrobrás, descobriu-se que das vinte turmas, apenas quatro salas realmente funcionavam. O restante eram salas fantasmas. Segundo Nazareth, a coordenadora do projeto não supervisionava os núcleos de alfabetização, apenas recebia os portfólios feitos pelos educadores, forjava alguns documentos e os enviava para a sede. Ela lembra:

“Na reunião mensal que a gente ia a São Paulo, começou todo mundo de Campinas a reclamar que estava precisando das coisas. A coordenadora de pólo, que era de todo o Estado de São Paulo, perguntou pra gente como estava o projeto e aí falamos que faltava material e que a coordenadora local não aparecia. Um dia vieram

dois homens de chinelo de dedo, gente simples. E eu nem sabia se era a mim que eles estavam procurando. Aí eles ficaram e começaram a participar da aula. Foi uma aula excelente e eles filmaram, fotografaram. E aí no final eles falaram que eram do projeto e que estavam visitando as salas para ver as necessidades.”

Com a descoberta, a coordenadora local foi afastada e substituída por outra. Esta por sua vez não atendeu às expectativas e o projeto passou pela terceira coordenação. Desse modo, dada a constante troca de supervisores, o projeto começou a se desestruturar e no final de 2004 foi suspenso em Campinas e transferido para o Estado do Sergipe.

Antes do término, foi realizada uma festa de formatura. Nazareth conta que a celebração foi inesquecível. Realizada no Centro de Convenções Mendes na cidade de Santos, o projeto possibilitou uma belíssima festa com uma ótima recepção, alimentação e hospedagem:

“A formatura foi no Centro de Convenções Mendes em Santos, que é onde o Roberto Carlos faz show. Que é assim uma coisa que eu nunca vi. Mega, mega de tão grande que é. A recepção, as mesas redondas era assim bem grandes, não era assim mesinha pequena, era bem grande com seis cadeiras estofadas. Você sentava, parecia um sofá. Tudo o que você pode imaginar num jantar, tinha na formatura deles. Pra...s a sobremesa era de quindim pra cima, queijadinha essas coisas. Menina, mas tinha tanta comida, mas tanta comida que era assim. Eram 2:00h da manhã e a gente estava saindo e as mesas estavam lotadas de comida. Foram quatro mil pessoas, eles fizeram pra seis mil, mas foram só quatro mil pessoas. Ônibus... tinha que nem formiga no pátio de ônibus que levou as pessoas. No outro dia levantamos cedo, tomamos café da manhã, aquele café da manhã. Aí fomos pra praia, aí a gente ficou na praia. Aí a gente veio embora eram umas 6:00h da tarde por aí. Chegamos aqui já estava escurecendo. Muito gostoso...”

A formatura dos estudantes do Movimento de Alfabetização Brasil - Petrobrás foi um evento grande e luxuoso, significativo para alunos oriundos das camadas mais populares e seus familiares.

Pesquisado por PAVAM (1996), o cerimonial de formatura assim como festas, reuniões e cerimoniais são marcados pelo caráter aglutinador de pessoas, grupos

e categorias sociais. Transformando, no momento coletivo, algo natural em puramente social, construído pela e para a sociedade.

Nazareth ressalta esse caráter simbólico da formatura:

“Se formaram quatro mil pessoas. Dos meus, doze se formaram. Na verdade, foi alfabetizado, porque não tinha série. Era só alfabetização para entrar na primeira série do ensino fundamental, ou fazer uma prova. Na verdade essa festa, tudo o que eles deram, essa formatura grandiosa é mais um evento político, porque não precisava de tudo aquilo. Mas estava o presidente da Petrobrás no dia. Estava o vice-presidente do Brasil. Então eles faziam por causa da política. Tinha sido um projeto do governo. Foi muito bom, mas não precisava daquilo”

Para os alunos, o cerimonial de formatura é a consagração dos alunos “bem-sucedidos” que os eleva a condição de saber mais, ou seja, um ganho simbólico perante o outro e a crença de status e a possibilidade de um emprego que lhe traga uma melhor condição econômica. (PAVAM, 1996)

Enfim, o projeto “Movimento de Alfabetização Brasil” com o patrocínio da Petrobrás foi encerrado em Campinas. Nazareth ainda estendeu o projeto Reescrevendo até o ano de 2005, com os recursos do Instituto Paulo Freire, que continuou financiando o programa de alfabetização.

Entretanto, devido às más condições da nova localidade do Espaço Esperança, principalmente pela falta de segurança, preferiu não prosseguir com o trabalho de alfabetização naquele local. Ela conta que por duas vezes encontrou cadáveres vítimas da violência em Campinas no retorno até sua casa. Além disso, o salário pago pelo Instituto Paulo Freire era bem menor que o projeto patrocinado pela Petrobrás, o que a fez desistir mais facilmente.

Capítulo II

A cidade de Campinas, o desenvolvimento urbano e a assistência social

Com 234 anos de fundação, Campinas está entre as cidades mais ricas do Brasil²⁵. É detentora de importantes centros de ensino e pesquisa, reconhecida por seu pólo tecnológico de ponta e diversificado parque industrial.

Tanto desenvolvimento despertou o interesse de pessoas para a região, transformando o município em destino de migrantes das mais diversas partes do País. Porém, a conquista de melhores condições de vida permanece restrita a poucos e a maioria se depara com a pobreza, a falta de emprego, moradias precárias e atendimento médico insuficiente dada a debilidade dos serviços públicos.

Entretanto, a deficiência no oferecimento de programas habitacionais, na área da saúde e da educação não é um fato recente. Vivenciada nas décadas iniciais após sua fundação, ainda no período colonial, a ausência de políticas públicas na cidade de Campinas submetia a população pobre (ex-escravos e migrantes europeus) a péssimas condições de vida, acarretando na proliferação de doenças como: cólera, varíola e febre amarela. Nesse contexto, foram criadas as primeiras instituições assistenciais para atendimento de doentes e órfãos de vítimas das epidemias que atingiram a região.

A partir do estudo do setor filantrópico assistencial desse período até os dias atuais podemos observar como as políticas públicas executadas em Campinas ainda mantêm fortes traços da sociedade escravista e caráter excludente dos anos coloniais. Um fato que leva ao crescimento intensivo de instituições beneficentes até hoje, embora a cidade se enquadre entre as mais modernas do País.

²⁵ <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/pibmunicipios/2005/tab02.pdf>

Assistência e manutenção da pobreza

Com o início da imigração européia, a partir da década de 1870, imigrantes passaram a se estabelecer em grande número no município, resultado da repressão internacional ao tráfico de escravos. Esse fato levou a criação de instituições de assistência social vinculados à comunidade de migrantes estrangeiros. Deste modo, é fundada a Sociedade Portuguesa de Beneficência por uma comissão de comerciantes lusos e outros profissionais de origem portuguesa já fixados na cidade.

Em 1881 foi fundada a “Circolo Italiani Uniti” uma instituição de assistência à saúde vinculada a comunidade italiana. E, em 1884, foi fundada a Sociedade Artística Italiana Confederativa, uma associação de caráter cultural e beneficente.

Finalmente, com a Abolição evidenciaram-se os problemas habitacionais, de saneamento e de excluídos na cidade campineira. MARTINS (1998) retrata o momento vivido pelos ex-escravos:

“Livres das senzalas, os ex-escravos em geral não tinha para onde ir. Uma das alternativas foi a concentração nos cortiços da zona urbana, que já não tinha condições sanitárias exatamente propícias. O episódio já antecipava a gravidade da questão habitacional em Campinas, que se repetiria um século depois, e sinalizava as condições para a proliferação de doenças tropicais”. (MARTINS, 1998:53)

Além disso, era proibido o trânsito de negros em determinados espaços da cidade, destinados à elite branca campineira. É a partir de normas como essa que se acende uma fase de “afirmação da identidade negra”. Assim, são fundadas várias instituições “mesclando preocupações sociais e culturais, a maioria de duração efêmera e algumas durando algumas décadas.” (MARTINS, 1998:65). A seguir uma tabela das associações criadas no final do século XIX e início do século XX:

Ano de fundação	Instituição
1888	Sociedade Beneficente “Luiz da Gama”
1888	Sociedade 13 de maio
1895	Sociedade Filhas de Avernus
1899	Sociedade Beneficente Isabel a Redentora
1901	Sociedade Dançante Familiar União da Juventude
1902	Federação Paulista dos Homens de Cor
1909	Centro Recreativo Dramático Familiar 13 de maio
1910	Filhos do Progresso
1912	Elite
1915	Liga Humanitária dos Homens de cor
1915	Sociedade União Cívica dos Homens de cor
1916	Grêmio Recreativo Dançante Familiar “José do Patrocínio
1917	Liga Protetora dos Homens de cor
1918	Alliados
1918	Associação Protetora dos Brasileiros Pretos
1918	Grêmio Dramático “Luiz Gama”
1919	Excêntricos
1922	Centro Cívico dos Homens de cor
1923	Associação Campineira dos Homens de Cor
1926	Centro Cívico Palmares

Na década de 1880, um surto de febre amarela atinge a cidade, tornando-se necessária a mobilização contra a doença, principalmente para atender os mais

atingidos, ou seja, a população mais pobre. Assim, em 1889 foi criada a Sociedade Protetora dos Pobres para dar assistência às vítimas e seus familiares.

No mesmo ano foi criada a Cruz Verde, em 1889, especializada no atendimento especialmente aos membros pobres da colônia, mas ao longo do processo passou a estender o seu trabalho a toda comunidade campineira.

Contudo, “Outras instituições seriam criadas no decorrer dos surtos seguintes de febre amarela. Entre 1889 e 1897, quando a epidemia foi considerada debelada, morreram 2.500 pessoas em Campinas, vítimas diretas da doença.” (MARTINS, 1998:57). Dessa forma, centenas de crianças perdem seus pais devido à epidemia, e as seguintes instituições de assistência integram o quadro de organizações sociais:

Ano de fundação	Instituição
1890	Asilo de Órfãos
1891	Sociedade de São Vicente
1897	Sociedade Beneficente Maximiano de Camargo
1897	Liceu de Artes e Ofício

Campinas pós-febre amarela e após o auge do Ciclo do Café, retomou seu lugar na economia com o crescimento de seu parque industrial, oriundos dos recursos da economia cafeeira, que naquele momento passava por crise dando lugar a economia algodoeira.

Por outro lado, a urbanização acelerada implicava no aumento da quantidade de mendigos e outros excluídos nas ruas da cidade. Para acolher esse público são criadas as seguintes instituições:

Ano de fundação	Instituição
1903	Sociedade Amiga dos Pobres
1904	Asilo dos Inválidos
1940	Pensionato “Nossa Senhora das Graças” (Destinado a mulheres)

Além dessas entidades, em 1907, a Sociedade de São Vicente inaugurou a Vila Vicentina com 48 pequenas casas destinada a abrigar viúvas pobres com seus filhos.

Com a industrialização, Campinas se viu com uma crescente classe operária, enquanto mantinha a cultura escravista do período anterior. Esse tratamento oferecido aos trabalhadores pelos primeiros empresários da região levou à criação de várias iniciativas de promoção social, principalmente com o aumento do número de mulheres trabalhando nas indústrias.

Para o acolhimento dessa nova demanda, foram criadas a Sociedade Feminina de Assistência à Infância. Em 1916 foi inaugurada a Creche Bento Quirino e em 1921, no prédio anexo à creche, o Asilo para Órfãs. Em 1918, Campinas passou por novas epidemias, dessa vez de gripe espanhola e tuberculose, ativando novamente as instituições que atuaram durante as epidemias de cólera, varíola e febre amarela.

Na década de 1920, Campinas ganhou novas instituições de assistência social direcionada a crianças. Nessa época, a maior parte das instituições eram fundadas pela Igreja Católica, preocupada com a situação política do País e o avanço do ideal comunista entre a classe operária. Foram elas:

Ano de fundação	Instituição
1922	Associação Espírita Caminho da Verdade
1922	Serviço Benéfico Social Adventista de Campinas
1927	Patronato “São Francisco” (Destinado a crianças do sexo feminino)
1927	Instituto Missionárias de Jesus Crucificado
1927	Lar Escola “Nossa Senhora do Calvário”
1928	Sociedade Creche “Madre Anastácia”
1929	Abrigo “Pia União Filhas de Maria”
1933	Associação de Assistência e Proteção aos Menores
1933	Instituto D. Nery (Destinado a crianças do sexo masculino)

O período seguinte é marcado pela modernização do Estado e da sociedade. Entretanto, o processo de modernização e expansão da indústria não significou superação dos graves problemas sociais que atingiam a classe operária. Assim, “novas associações nascidas de iniciativas da comunidade foram criadas nas décadas de 1930 a 1940, e muitas delas dentro do espírito de verdade especialização e modernização exigidas pelos novos tempos” (MARTINS, 1998:82)

Ano de fundação	Instituição
1933	Liga Campineira dos Cegos trabalhadores (Promoção social dos Deficientes Visuais de Campinas)
1938	Centro espírita Allan Kardec (Atendimento a crianças e adolescentes carentes)
1941	Casa dos Pobres

1941	Dispensário “Dom Barreto”
1942	Associação Beneficente “Nossa Senhora das Dores

Em 1941, foi fundada a Sociedade Campineira de Educação e Instrução, que posteriormente se tornaria a Pontifícia Universidade Católica de Campinas (PUC-Campinas). Em 1956, passou a incorporar a Faculdade de Serviço Social responsável pela formação de várias gerações de assistentes sociais de instituições já estabelecidas e de futuras instituições.

Com as melhorias no sistema de abastecimento de água e a expansão territorial do município, a industrialização atingia altos níveis, elevando continuamente a população com a migração de pessoas a procura de emprego na cidade. Essa nova configuração implicava conseqüentemente nas áreas da saúde e da educação. Nasceram nesse período novas instituições para assistir crianças e adolescentes pobres:

Ano de fundação	Instituição
1950	Associação Beneficente Campineira (ABC)
1955	Lar Evangélico “Alice de Oliveira”
1956	Casa da Criança de Sousas
1957	Associação de assistência social “São João Vianney”
1958	Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”
1959	Centro Promocional Nossa Senhora da Visitação

Em 1964, por iniciativa de empresários e profissionais locais como o engenheiro Eduardo Barros Pimentel, o advogado Darcy Paz de Pádua e de Ruy Rodriguez presidente da Associação Comercial e Industrial de Campinas (ACIC), foi

fundada a Federação de Entidades Assistenciais de Campinas, a FEAC, em junção com a Fundação “Odila e Lafayette Álvaro”. O objetivo da instituição era “integrar o trabalho social, articular e centralizar a arrecadação de fundos para as entidades e proporcionar orientação técnica e jurídica de obras sociais.” (MARTINS, 1998:93). Reunindo assim os diferentes trabalhos sociais realizados por grupo comunitários, Igrejas, instituições beneficentes e outros segmentos. As primeiras filiadas foram:

1. Asilo dos Inválidos
2. Instituto Dom Nery
3. ABC- Assistência Médica e farmacêutica
4. Hospital “Álvaro Ribeiro”
5. Casa da Criança de Sousas
6. Casa dos Menores
7. Centro Kennedy
8. Ambulatório São Roque
9. Creche “Madre Anastácia”
10. Lar “Nossa Senhora do Calvário”
11. Lar Evangélico “Alice de Oliveira”
12. Maternidade de Campinas
13. Sanatório “Cândido Ferreira”
14. Instituto Adventista
15. Albergue noturno
16. Creche “Bento Quirino”
17. APAE
18. Sociedade Beneficente Amiga dos Pobres

Fonte: MARTINS, 2005, pg.51

Já nas décadas de 1980 e 1990, Campinas passa pelo movimento de redemocratização e a crise da globalização, a falta de emprego e a propagação do mercado de drogas invadem as cidades metropolitanas. Os índices de violência se elevam e a AIDS passa a ser temida pela população. Em Campinas os primeiros casos de AIDS foram diagnosticados em 1982. Em 1987, foi fundada o Centro de Controle de Investigação Imunológica “Doutor Antônio Carlos Corsini”, médico precursor na disseminação de informações sobre a doença na cidade e que faleceu em 1984.

O Centro passou a prestar atendimento a portadores de HIV nas áreas de infectologia, imunologia, psiquiatria e tratamento dentário. Em 1994, foi inaugurado a Unidade de Apoio Infantil e em 1997 um amplo trabalho dedicado a atender os órfãos da AIDS em Campinas.

O poder público e os direitos dos cidadãos

Na área da saúde pública, na década de 60, Campinas possuía apenas um local de atendimento hospitalar público. A instituição, sob responsabilidade da nascente Faculdade de Medicina, foi a semente da Faculdade de Ciências Médicas da UNICAMP, funcionando provisoriamente na Maternidade de Campinas e posteriormente na Santa Casa de Campinas. O então Hospital das Clínicas da UNICAMP só iniciaria suas atividades no atual complexo hospitalar após 20 anos, em 1985.

Em 1974, para fortalecer o quadro de serviços públicos à população, foi inaugurado o hospital Municipal “Mário Gatti”, hoje com 230 leitos e capacidade de atendimento de aproximadamente 1.200 pessoas por dia, exclusivamente pelo Sistema Único de Saúde (SUS).

Porém, havia uma parte da população que não encontrava atendimento especializado, como os portadores de Síndrome de Down e de deficiência auditiva. Essa carência levou a criação de novas instituições de assistência para acolher casos que normalmente não são cobertos por órgãos regulares. Foram elas:

Ano de fundação	Instituição
1981	Centro de Educação Especial Síndrome de Down
1981	Casa de Repouso Bom Pastor (Atendimento Oncológico em regime de abrigo)
1982	Sociedade Campineira de Atendimento ao Deficiente Visual
1984	Fundação Síndrome de Down
1989	Associação de Desenvolvimento dos Autistas (ADACAMP)

Desde então, várias instituições, organizações governamentais e não-governamentais foram criadas a fim de atenuar o crescimento da violência e a ausência do poder público, oferecendo programas dedicados principalmente a crianças e adolescentes:

Ano de fundação	Instituição
1985	Centro Regional de Atenção aos Maus Tratos na Infância
1980	Associação Beneficente 13 Pais – Lar da Criança Feliz
1985	Centro Comunitário Jardim Santa Lúcia
1985	Centro Comunitário Criança Feliz
1988	Pastoral da Criança da Arquidiocese de Campinas

Em 1988, a partir da Nova Constituição Federal começam os debates sobre a elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente. Com a promulgação do Estatuto, em 1990, Campinas dedicou-se à discussão sobre a aplicação do Estatuto no âmbito municipal, criando o Conselho Municipal de Direitos da Criança e do adolescente (CMDCA), implantado em 1994.

Entretanto, a entrada em vigor do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) não garantiu a imediata proteção desses direitos, principalmente com a demora na estruturação do Conselho Tutelar, previsto no ECA e só implantado em 1996.

No entanto, a partir da década de 1990, o Estatuto da Criança e do Adolescente e o Conselho Tutelar se fortalecem, várias organizações não-governamentais são criadas e o setor público e privado se alia às associações voluntárias, aumentando o quadro de atendimento aos excluídos em Campinas.

Além disso, um fator importante são as transformações administrativas e pedagógicas pelas quais as instituições vêm passando nos últimos anos. Esta postura tem como finalidade extinguir, cada vez mais, o caráter essencialmente assistencial das associações, para cuidar da formação integral dos educandos.

Um bairro especial: o Complexo São Marcos

O Complexo São Marcos localiza-se na região Norte do município de Campinas e abrange os seguintes bairros: Jardim Campineiro, Vila Esperança, Barro Preto, Jardim Santa Mônica e Jardim São Marcos.

A maior parte da população desse conjunto de bairros é de migrantes vindos do Nordeste, de Minas Gerais, do Paraná e outras regiões de São Paulo.

Geralmente, são famílias de origem rural que vieram à procura de melhores condições de vida e trabalho na cidade rica do sul do país. Entretanto, esse fluxo migratório que ocorreu entre as décadas de 1960 a 1980, levou à multiplicação de favelas e áreas de ocupação dado o não acompanhamento das políticas públicas na área habitacional.

Inicialmente era uma região com moradias feitas de tijolos, sem reboque e de acabamento rústico, atualmente as residências vêm ganhando melhores configurações. Foi caracterizado por GALLINDO (2004:31), como um local constituído “por um conjunto de bairros de auto-construção e trechos favelizados ocupando geralmente as margens dos córregos que cortam a região, habitado geralmente por migrantes de origem rural ou de pequenos centros urbanos e com uma constituição etária mais jovem”.

O crescimento acelerado assistido, a partir de 1950, em algumas cidades do Estado de São Paulo não proporciona a aquisição de emprego com bons salários a todos os migrantes. Dando origem à “multiplicação dos pequenos ‘ofícios’ subproletariantes (catador de papel, camelô, apanhador de latas de cerveja e refrigerante, revendedor de jornais avulsos, guardador de carro, carregador)” que nos deparamos frequentemente nas ruas das grandes cidades (BORDIEU (1997:173),

Dados do PNAD (Pesquisa Nacional de Amostragem por Domicílio) mostram a disparidade de renda existente entre os bairros de Campinas. É possível constatar que a região do Complexo São Marcos apresenta a renda familiar mais baixa do município de Campinas.

Média salarial familiar em alguns bairros da cidade (em Salário Mínimo)
São Marcos/ Amarais – 0,28
Nova Mercedes – 0,29
Campo Belo – 3,07
Mauro Marcondes/Ouro Verde/Vista Alegre – 3,20
San Martin – 3,83
Fazendinha/Santa Bárbara – 3,97
São Fernando/Carlos Lourenço – 4,05
DICs – 4,08
Real Parque – 4,79
Jardim Garcia/Campos Elíseos – 5,02
Sousas – 5,05
Joaquim Egídio – 5,13
São Quirino – 7,39
Centro – 9,74
Bosque – 11,11
São Conrado – 11, 59
Primavera/Taquaral – 11,99
Vila Brandina – 16,01
Cambuí – 17,56
Cidade Universitária – 21,47
Nova Campinas – 24,67
Notre Dame/Alto Nova Campinas/Gramado – 33,03

(PNAD, 2000, apud MARTINS, 2004:89-90)

A falta de qualificação profissional, o desemprego e ausência de políticas sociais determinam, comumente, o futuro de muitos jovens e crianças da periferia que vêm no tráfico de drogas a conquista de autonomia e recursos financeiros. BORDIEU (1997), em sua pesquisa sobre os conjuntos habitacionais populares na França, traz uma descrição sobre os “guetos” da Europa e da América do Norte que não difere da nossa realidade brasileira. Sobre o comércio de drogas, o autor afirma:

“... o tráfico de drogas tornou-se uma verdadeira indústria, abarcando um volume de negócios que manipula centenas de milhões de dólares cada ano; dotada de uma divisão elaborada do trabalho, ela constitui, no momento, a principal fonte de emprego acessível aos jovens do gueto rejeitados pela escola e pela economia ilegal. Os riscos que correm são certamente elevados, mas, além de se poder trabalhar nisso bem jovem (antes mesmo dos dez anos), as qualificações requeridas são mínimas, os horários flexíveis e a remuneração muito vantajosa em relação ao setor assalariado anêmico.” (BORDIEU,1997:172)

O furto e a criminalidade tornam-se consequências desse comércio ilegal, já que, para manter o consumo, toxicômanos praticam todo tipo de crime para sustentar o vício. Assim também, a região do Jardim São Marcos apresenta altos índices de violência, gerando preconceito e insegurança aos moradores e visitantes da região que temem serem submetidos à situação de abuso e agressão.

A filantropia e a assistência no Jardim São Marcos

O bairro Jardim São Marcos, região escolhida para esta pesquisa, possui até o momento as seguintes organizações não-governamentais: Grupo Primavera, Associação Beneficente Campineira, Associação Beneficente Direito de Ser e Centro Assistencial Vedruna. Dessas instituições apenas o Centro Assistencial Vedruna não é filiado à Federação das Entidades Assistenciais de Campinas (FEAC).

O Grupo Primavera foi fundado, em 1981, por um grupo de voluntários liderado pelo casal Jane e John Sieh, de origem chinesa. A sede fica localizada no Jardim São Marcos, mas assiste também à população do Jardim Santa Mônica e Jardim Campineiro. O foco da entidade é a formação de adolescentes exclusivamente do sexo

feminino, na faixa etária de onze a catorze anos filhas de famílias pobres que vivem na região. A entidade é conhecida pela produção artesanal de bonecas de pano e bordado.

A Associação Beneficente Direito de Ser foi fundada em 1996, por membros da Igreja Batista com o apoio de organizações suecas. A sede localizada no Jardim São Marcos atende crianças e adolescentes de sete a dezessete anos da região.

A Associação Beneficente Campineira (ABC) foi fundada em 1950 com sede na região central de Campinas por membros ligados à Igreja Metodista. Em 1975, instalou uma sede nas dependências da Igreja Metodista no Jardim São Marcos. Desenvolve projetos com crianças e adolescentes em horário oposto ao escolar.

O Centro Assistencial Vedruna foi criado em 1993 pelas irmãs carmelitas de caridade de Vedruna. Oferece atividades a crianças e adolescentes da região do Jardim São Marcos na faixa etária de sete a dezesseis anos em horário oposto ao escolar. Comentar a procedência estrangeira desses fundadores.

Capítulo III

A assistência que se modernizou

O termo “Organizações Não Governamentais” foi utilizado pela primeira vez no final dos anos 40, em documentos da Organização das Nações Unidas (ONU) para designar entidades executoras de projetos humanitários ou de interesse público e organizações de Primeiro Mundo que financiavam projetos de Terceiro Mundo. Logo, em 1950, esse tipo de trabalho é reconhecido pelo Conselho Econômico e Social da Organização das Nações Unidas, através de uma resolução em seu estatuto.

As primeiras organizações não-governamentais com esse caráter surgiram a partir do período pós Primeira Guerra Mundial, ganhando força no período pós Segunda Guerra Mundial onde passam a colaborar fortemente nos processos de construção ou de reconstrução da democracia através de associações da sociedade civil sem perfil caritativo.

Nesse período, vemos também no Brasil a ação de organizações internacionais, na maioria de caráter não-governamental, exercendo atividades voltadas para a ajuda e desenvolvimento das ex-colônias e países africanos. Dessa forma, várias associações voluntárias estabeleciam relação com agências européias, canadenses e norte-americanas para o financiamento de seus projetos. (ASSUMPÇÃO, 1993)

Assim, nos anos de 1960 a 1980, houve um crescimento de 68% na ajuda externa aos países do “Terceiro Mundo” através de agências não governamentais de países europeus. ASSUMPÇÃO (1993) observa que esse aumento se devia principalmente ao aumento dos subsídios governamentais brasileiros para as associações filantrópicas.

Na mesma ocasião, o Banco Mundial passou a investir crescentemente nas Organizações não-governamentais, proporcionando o acesso a recursos de fundos públicos. Com isso, as entidades filantrópicas brasileiras adquirem uma maior independência financeira, principalmente de recursos adquiridos pelas organizações internacionais.

No final da década de 60, as primeiras experiências de entidades voluntárias, sem recursos externos, são realizadas por obras sociais católicas tradicionais, bem como por grupos cristãos progressistas. Entretanto, a atuação da Igreja Católica era mais significativa em todo o território brasileiro que juntamente com articuladores políticos “ajudaram a difundir discursos e práticas comuns por todo o campo dos movimentos populares, seja pela promoção de inumeráveis cursos de treinamento baseados na educação popular para líderes de movimento, seja pela produção de uma imensa quantidade de materiais de comunicação popular como manuais, boletins audiovisuais, dramatização etc.,” (TEIXEIRA, 2000:12)

Nas décadas de 70 e 80, era de grande atuação as organizações cidadãos e militantes principalmente na América Latina, financiados por recursos internacionais e locais. Eram associações voluntárias que lutavam em defesa dos direitos humanos. ASSUMPÇÃO (1993) relata que com a agitação política e cultural vários grupos organizavam-se na clandestinidade contra a ditadura, atingindo “diferentes graus de visibilidade e espaços de atuação”, trazendo sua contribuição para a queda dos regimes ditatoriais.

No Brasil não diferentemente dos outros países latinos, as organizações não-governamentais com caráter cidadão foram importantes para o fim do regime militar e mais tarde, para a coordenação de movimentos sociais sindicais.

Na área da educação, ASSUMPÇÃO (1993) descreve as novas tendências da década de 70 para as associações voluntárias educativas, precursores das inúmeras instituições com esse caráter nos dias de hoje:

“No decorrer da década de 70, constroem-se as pré-condições para a existência dos ‘Centros de Educação Popular’, está presente um projeto modernizador em que se levam aos grupos populares os pressupostos de um racionalismo universalista, a lógica da igualdade, da autonomia, do individualismo, da participação e diálogo – da cidadania.” ASSUMPÇÃO (1993:219)

Dessa forma, consistem em centros de educação popular que surgem a partir de uma nova visão originada dos movimentos sociais e sindicais, reduzindo o caráter religioso e da assistência social, para acompanhar as mudanças na conjuntura do País.

No final dos anos 80, o termo organização não-governamental ganha notoriedade, com a evidência do trabalho de entidades civis “militantes” de caráter não partidário, voltadas à ecologia, mulheres, negros, direitos humanos, índios, meninos de rua, portadores do vírus da AIDS, ligados a movimentos sindicais ou outros movimentos diversos.

Na década de 90, as organizações não-governamentais solidificam sua atuação no Brasil. Um símbolo desse período é a fundação da primeira “Associação Brasileira de Organizações Não-Governamentais” (ABONG), em agosto de 1991 no Rio de Janeiro. Logo depois outros eventos como o Primeiro Encontro Internacional de organizações não-governamentais e agências das Nações Unidas são realizados, reunindo várias entidades brasileiras.

Em 1992, realizou-se o Fórum Global na cidade do Rio de Janeiro, evento que ficou conhecido como ECO-92. O evento, através de conferências, panfletos

e publicações diversas, celebrações religiosas, proporcionou o encontro de várias raças, línguas e credos e colaborou pra a divulgação e popularização do termo “organização não-governamental” no Brasil. Dessa forma, o assunto ganhou grande notabilidade na mídia.

Porém, no mesmo momento em que as organizações não-governamentais se tornavam cada vez mais populares, elas se viam em dificuldades financeiras dada a redução dos recursos das agências financiadoras e de cooperação internacionais. Uma redução justificada a partir da mudança no quadro político mundial, assim, recursos financeiros tinham como novo destino: o mercado que se instalava dentro de seus próprios países, um exemplo é o Leste Europeu. Acrescenta-se a esse fato a crise do movimento organizado, do Estado brasileiro e dos valores ligados a militância.

Deste modo, tornou-se necessário uma nova formulação, novas atitudes e estratégias por parte dos institutos, segundo GOHN (2004) seriam imprescindíveis: buscar “eficiência e produtividade na gestão de projetos sociais, para gerir recursos que garantam a sobrevivência das próprias entidades”.

NIARADI (2004), em sua pesquisa sobre as organizações não-governamentais e o Terceiro Setor, garante que grande parte dessas mudanças se dava “em função das alterações nas políticas sociais do Estado advindas de um novo modelo de desenvolvimento marcado pela desconcentração de diversas de suas atividades na área social. Tudo isso culminou, em grande medida, na desativação da atuação estatal direta e na transferência da operacionalização de vários serviços para o setor privado sem fins lucrativos” (NIARADI, 2004:38).

Além disso, um dos problemas detectados era a falta de comprometimento das pessoas envolvidas nas decisões. Uma nova medida foi aumentar a eficiência da produtividade e a procura por pessoal qualificado, culminando

futuramente no fortalecendo estrutural e profissional das organizações não-governamentais.

O Terceiro Setor

A terminologia “Terceiro setor” foi utilizada pela primeira vez nos Estados Unidos em 1992, o termo refere-se à participação humanitária em prol do bem-estar dos indivíduos como uma forma de exercer a cidadania.

No Brasil, segundo GONH (2001) a formação do chamado Terceiro Setor se deu a partir da reestruturação das organizações não-governamentais e do surgimento das políticas de desativação e de transferência das atividades do Estado. Assim, as associações passaram a enfatizar as políticas de parceria e cooperação com o Estado – medida para alargar o espaço público no interior da sociedade civil.

Entretanto, como TEIXEIRA (2000) observa, “geralmente este termo abarca as organizações empresariais e filantrópicas”. Dessa forma, a terminologia vem sendo utilizada como uma denominação para diferenciar entidades da sociedade civil e institutos sem fins lucrativos fundados por empresas.

Sobre as fundações sociais provenientes de grandes empresas, a autora coloca em debate o real propósito dessas iniciativas, indagando sobre as possibilidades de atuação e o limiar entre responsabilidade social e propaganda. Nas palavras de TEIXEIRA (2000):

“Evidentemente, há motivações implícitas para o investimento empresarial em áreas sociais, que vão desde formas modernas de *marketing* empresarial até estratégias de recursos humanos para melhorar as relações dos funcionários com a

empresa, ajudando assim a aumentar o nível de produtividade passando ainda por tentativas de estabelecer relações amigáveis com a comunidade ao redor da empresa a fim de evitar conflitos e reduzir os efeitos da crise social.” (TEIXEIRA, 2000:82, grifos do autor)

Porém, a autora determina que com a recente atuação dessas fundações, ainda não podemos avaliar até que ponto o “Terceiro setor”, tem colaborado para a “desresponsabilização do Estado” ou mesmo, avaliar se o trabalho social realizado por elas atende apenas a interesses próprios.

No entanto, GONH (2001) examina que nos últimos anos o chamado Terceiro Setor vem se tornando um fenômeno mundial sendo o “setor” que mais cresce e movimenta recursos. Surgindo com o intuito de:

“promover o desenvolvimento econômico local, impedir a degradação ambiental, defender direitos civis e atuar em áreas onde o Estado é incipiente, como em relação aos idosos, à mulher, aos índios, aos negros etc., bem como para atuar em áreas onde a presença estatal é de triste memória, como em relação às crianças, em internatos ou nas ruas em situação de risco, vítimas de todo tipo de violência.” (GONH, 2001:59)

A partir dessa nova perspectiva, a maior parte das organizações não-governamentais passam a intervir diretamente no público-alvo ao invés da assessoria (treinamento e formação de profissionais, organização de material didático e etc.). Dessa forma, amplia-se o leque temático de suas ações, procurando exercer um papel ativo junto à sociedade na democratização do conhecimento.

GONH (2001) classifica em campos de atuação as principais vertentes das instituições sociais atuantes nos dias de hoje:

I) Direitos de Terceira Geração: gênero, meio ambiente (físico, vegetal e animal); direitos humanos, etnias, sexo. Direitos de cidadania, em suma.

II) Áreas Sociais Básicas – Direitos Sociais ou de Primeira Geração: Saúde, Educação, Moradia, Alimentação.

III) Grupos Sociais clássicos no atendimento da Assistência Social: crianças, jovens/adolescentes, idosos.

IV) Área da cultura: clássica (música, dança, literatura, pintura, escultura, teatro e comunicações); diversidades culturais, defesa e preservação do patrimônio histórico e artístico dos povos.

V) Grupos vulneráveis e causas sociais: pobreza socioeconômica. (GOHN, 2005:90)

A partir desse novo rumo traçado pelo Terceiro Setor, o público-alvo dos programas resumiu-se principalmente a crianças e jovens em situação de risco conduzido pelo abandono, drogas, violência, etc. instituições localizadas, em sua maioria, em regiões mais populares e desprovidas de recursos. Neste cenário surgem “programas e projetos sociais que objetivam tanto a emancipação dos setores populares e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, com justiça social, como programas meramente assistenciais, compensatórios, estruturados segundo ações estratégico-rationais, pautadas pela lógica de mercado.” (GOHN, 2001:60)

Portanto, com a ampliação do Terceiro Setor na função de intermediador entre Estado e sociedade, cabe à sociedade civil o papel de avaliar a atuação das organizações não-governamentais e a execução de projetos e programas sociais, atitudes essenciais para garantir a manutenção dos direitos sociais.

Organizações não-governamentais, Terceiro setor e o poder público

A partir dos anos 70, vários governos adotaram medidas neoliberais como uma forma de cortar gastos e equilibrar a inflação. Essa iniciativa redefiniu as relações Estado-sociedade, transferindo as responsabilidades que antes eram sumariamente do Estado para a sociedade. Dessa forma, organizações não-governamentais e Terceiro Setor são inseridas no projeto de colaboração em políticas compensatórias do governo. (TEIXEIRA, 2000)

No Brasil, essa política de redução da intervenção Estatal na economia iniciou-se efetivamente durante o mandato de Fernando Henrique Cardoso de Melo, no período de 1995 a 2002. Assim, diante da crise pela qual o País passava, foi instaurada a “Reforma do Estado brasileiro”, redefinindo as funções do Estado a partir de três programas: privatização, terceirização e “publicização”. A privatização consiste na “transferência para o mercado de setores de produção de bens e serviços”, a terceirização “implica na contratação de empresas terceirizadas, mediante licitação pública” e finalmente, a “publicização” que inclui organizações não-estatais assumindo funções de prestação de serviços, antes de responsabilidade do Estado. Para isso, receberiam recursos orçamentários, além do fornecimento de recursos humanos, instalações e equipamentos pertencentes ao Poder Público para a execução do trabalho social. (TEIXEIRA, 2000)

Porém, o acesso a esse programa foi limitado, pois muitas entidades não conseguiram a qualificação de Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) cedida pelo próprio governo, assim, apenas sete organizações não-governamentais foram admitidas.

No entanto, uma série de programas foi criada pelo Governo Federal como “estratégia de combate a pobreza” em parceria com agências governamentais, setores do mercado e da sociedade civil. É também nesse período que são criados projetos de incentivo ao voluntariado e a idéia de solidariedade, evidenciando as intenções do plano de políticas públicas de diminuição da intervenção estatal.

Sobre a estimulação do voluntariado pelo Governo Federal, ALMEIDA (2006) destaca os programas de bolsas de estudo em troca de trabalhos comunitários:

“O voluntariado passou também a ser incentivado e tornou-se um componente cada vez mais presente no âmbito da formulação de diferentes políticas sociais. Um exemplo nessa direção foi o SSV, Serviço Social Voluntário, criado em 1997 e financiado com recursos do FAT- Fundo de Amparo ao Trabalhador. Esse programa proporcionaria a qualificação profissional de jovens na faixa de 18 anos que, como contrapartida, devia desenvolver trabalhos voluntários nas suas comunidades.” (ALMEIDA, 2000:26)

Um programa mais atual que vem sendo implantado pelo governo é o programa Escola da Família²⁶. O projeto oferece bolsas de estudo a estudantes matriculados em instituições de Ensino Superior cadastrados no programa, em troca, exigem a participação dos bolsistas no monitoramento de atividades esportivas e culturais realizadas aos sábados em escolas públicas.

²⁶ O Programa Escola da Família é uma iniciativa que une mais de 4 mil profissionais da educação, 18.548 estudantes universitários e 20.885 voluntários com o objetivo de transformar, aos finais de semana, 2.334 escolas da Rede Estadual de Ensino, em centro de convivência com atividades voltadas às áreas esportiva, cultural, de saúde e de trabalho. Disponível em: <http://www.escoladafamilia.sp.gov.br/apresentacao.htm> acessado em agosto de 2008.

A transformação na atuação do voluntariado se tornou uma das preocupações do governo federal que, segundo GOHN (2001), tem agido na área jurídica através "da regulamentação de novas regras para o trabalho voluntário, por meio de leis que normatizam e criam novos tipos de relações de trabalho de prestação de serviços não remunerados por períodos superiores a 90 dias e que não criam vínculos empregatícios, e, conseqüentemente desobrigam os encargos trabalhistas." (GOHN, 2001:19)

Para finalizar a discussão sobre a relação entre organizações não-governamentais e o Estado, TEIXEIRA (2000) apresenta alternativas para enriquecer a participação das instituições voluntárias no plano de políticas públicas. A autora destaca a importância da "elaboração de um projeto amplo de articulação entre sociedade civil e Estado, no qual as ONGs teriam um papel fundamental na própria formulação das políticas públicas." (TEIXEIRA, 2000:143)

Ela ainda enfatiza a necessidade de "encontros participativos" para o planejamento de programas sociais, principalmente em um "país marcado por um Estado tradicionalmente privatizado", como o Brasil. Dessa forma, através de "dinâmicas de negociação política e consensos", torna-se mais plausível o caminho em direção a uma esfera pública democratizada.

Considerações preliminares

O crescimento desenfreado das cidades mais populosas do interior do Estado de São Paulo gerado pelo fluxo migratório tem acarretado a proliferação de favelas e o aumento de empregos informais ou ainda profissões com baixa remuneração dada a pouca ou nenhuma escolarização.

Dessa forma, o município de Campinas apresenta grandes desigualdades sociais, dando origem a uma camada populacional que fica à margem da sociedade.

Em muitas ocasiões, as dificuldades financeiras passam de geração a geração. Uma juventude que assiste a uma situação de marginalidade e que se torna alvo fácil do tráfico de drogas, do furto e da criminalidade em geral.

É a partir desse quadro que assistimos ao rápido crescimento de organizações não-governamentais, associações de bairro e iniciativas de indivíduos da própria comunidade que não esperam mais pela ação dos órgãos públicos.

São instituições que se instalam em bairros de caráter mais populares, atuando com o financiamento de empresas privadas ou igrejas, com o objetivo de atender crianças e adolescentes em situação de risco. Para isso, desenvolvem projetos sócio-educativos centrados nos conceitos de cidadania.

O bairro Jardim São Marcos, focalizado nesta pesquisa, é um local que apresenta altos índices de criminalidade, tráfico de drogas e ausência do poder público, onde instituições filantrópicas exercem projetos há algumas décadas, estando atentas a casos de maus tratos contra crianças e adolescentes.

Entretanto, são raras as organizações não-governamentais que direcionam suas atividades também ou exclusivamente para adultos.

Deste modo, a atuação de Nazareth tornou-se significativa por seu diferencial, ao ensinar trabalhos manuais voluntariamente às mulheres do bairro para a geração de renda. Com sua experiência, Nazareth as instruía para a venda e a execução

de peças com qualidade. Além disso, se responsabilizava pela procura de postos de venda como feiras para a comercialização durante todo o ano.

Porém, essa comodidade oferecida por ela gerava uma grande dependência por parte do grupo. Dessa forma, apesar de trabalhar em suas atividades a dedicação, a criatividade, o espírito coletivo e também a independência; Nazareth não conseguiu instruí-las de uma importante lição: a conquista de autonomia, em um sentimento de ajuda pessoal e do grupo, ficando a seu cargo todas as atividades.

A atuação de Nazareth também no trabalho de alfabetização, como voluntária, com o projeto financiado pela Petrobrás e posteriormente com financiamento do Instituto Paulo Freire, é relevante pela sua capacidade de realizar atividades junto a comunidade apesar de instituições públicas da região disponibilizarem turmas de alfabetização no programa da Fundação Municipal para a Educação Comunitária (FUMEC).

Vemos aí uma relação de identidade, em que professor e alunos se vêem como semelhantes: dividem o mesmo espaço, tem suas raízes na mesma região do país, são “nortistas e nordestinos”, têm idades aproximadas, passam por dificuldades financeiras, convivem com a violência e o temor das drogas no bairro.

Sobre o tempo de duração das atividades dos grupos de alfabetização, iniciado voluntariamente por Nazareth, podemos observar que a durabilidade do projeto “Movimento de Alfabetização Brasil” patrocinado pela Petrobrás e Instituto Paulo Freire, está associado à remuneração recebida por Nazareth. Dessa forma, com o fim dos contratos com as instituições privadas, a não-remuneração tornou-se um fator determinante, tornando impossível dar prosseguimento dada as condições financeiras de Nazareth.

Ao analisar o encerramento das atividades do Grupo Macia percebemos novamente que a falta de financiamento foi uma questão decisiva para a continuidade do projeto. Assim, a intenção em gerar renda ficou interrompida pela ausência de material para o aprendizado e a comercialização de produtos artesanais, gerando desgaste entre Nazareth, as integrantes e a Associação Beneficente Direito de Ser.

Dessa maneira, podemos observar que para a viabilidade das entidades sociais e do trabalho comunitário, é imprescindível o auxílio financeiro de órgãos públicos e/ou privados realmente compromissados, meios que facilitam a perenidade dessas ações, garantam a continuidade de projetos comunitários e ofereçam boa remuneração; formas que possibilitem a manutenção da qualidade dos serviços prestados à comunidade.

Referências bibliográficas

Livros:

BRANCO, Adélia M.. Mulheres da Seca: luta e visibilidade numa situação de desastre.

João Pessoa: PB, Ed. Universitária, 2000.

BORDIEU, P. A miséria do mundo. Petrópolis, RJ: Vozes, 1997.

ELIAS, Norbert. John L. Scotson. Os estabelecidos e os outsiders : sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GOHN, Maria da Glória. Educação Não-Formal e Cultura Política: Impactos sobre o associativismo do terceiro setor. 2ª. Ed. São Paulo, Cortez, 2001.

_____. *O Protagonismo da sociedade civil: Movimentos sociais, ONGs e redes solidárias*. 1ª ed. São Paulo, Cortez, 2005.

HOGGART, Richard. As utilizações da cultura : aspectos da vida da classe trabalhadora, com especiais referencias a publicações e divertimentos. Lisboa: Presença, 1973-1975.

MARTINE, George. A evolução espacial da população brasileira. In Desigualdades regionais e desenvolvimento/ Affonso, R.B.A., Silva P.L.B., orgs. São Paulo: FUNDAP: Ed. UNESP, 1995.

MARTINS, José P. S. Vocação solidária: flashes da história da assistência social em Campinas. Campinas, SP: FEAC, 1998.

_____, FEAC: Biografia de um pacto social (40 anos de integração, apoio e solidariedade). Campinas, SP: Ed. Átomo, 2005.

MATTA, Roberto da. A casa & a rua : espaço, cidadania, mulher e morte no Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1985.

_____. Carnavais, malandros e heróis : para uma sociologia do dilema brasileiro / Roberto da Matta. - Rio de Janeiro: Zahar, 1983.

PARK, Margareth Brandini e FERNANDES, Renata Sieiro (Orgs.) Educação Não-Formal: Contextos, percursos e sujeitos. Campinas, SP: Unicamp/CMU; Holambra, SP; Editora Setembro, 2005.

_____, M. B. (et al.). Volutariado, categoria trabalhista? Reflexões e provocações. Revista de Ciências da Educação, ano 08, n. 15, p. 96-130, 2º. sem. de 2006. Co-autores: FERNANDES, R. S., BORBA, P. L. O., FRANCO, M. M. , MADI, E. D. T., SOUZA, A. L.

SHERER-WARREN, Ilse. Redes de Movimentos Sociais. São Paulo: Loyola, 1993.

TEIXEIRA, Ana Claudia C. Identidades em construção: as organizações não-governamentais no processo brasileiro de democratização. Tese de Mestrado- Unicamp, Campinas, SP, 2000.

VON SIMSON, Olga R. M., PARK, Margareth Brandini, FERNANDES, Renata Sieiro. (Orgs). Educação Não-Formal. Cenários de Criação. Campinas, SP; Editora da Unicamp/ Centro de Memória, 2001.

Teses e monografias:

ALMEIDA, Carla C.R. O marco discursivo da participação solidária e a redefinição da questão social: construção democrática e lutas políticas no Brasil pós 90. Tese de Doutorado – IFCH/UNICAMP. Campinas, SP, 2006.

ASSUMPÇÃO, Leilah L. A invenção das ONGs : do serviço invisível a profissão sem nome . Tese de Mestrado- UFRJ. Rio de Janeiro, 1993.

GALLINDO, Jussara. Entre a filantropia e a transformação social: a construção de propostas de educação não-formal por instituições religiosas. Trabalho de Conclusão de Curso – FE/UNICAMP. Campinas, SP, 2004.

NIARADI, Pedro Guilherme. Educação Não-Formal, ONGs e Terceiro Setor: práticas e paradigmas do CEDAP. Tese de Mestrado- Unicamp. Campinas, SP, 2004.

PAVAM, Diva Otero. Cerimonial de formatura : representação simbólica do sucesso escolar. Tese de Doutorado – Unicamp. Campinas, SP : [s.n.], 1996.

RIPPEL, Ricardo. Migração e desenvolvimento econômico no Oeste do Estado do Paraná: uma análise de 1950 a 2000. Tese de Doutorado – Unicamp. Campinas, SP, 2005.

VIANA, Juliana A. G. Educação Não-formal e cultura popular: o trabalho do Projeto Gente Nova. Trabalho de Conclusão de Curso-Unicamp. Campinas, SP, 2006.

ANEXOS

Ecos da sociedade
Professor deixa "redoma" do laboratório e
coloca-se à frente de projetos comunitários

ÁLVARO KASSAB

O professor Humberto de Araújo Rangel olhou para trás depois de aposentarse em 1990, aos 70 anos. Foi um olhar da memória seletiva que o reconduziu às ruas de um bairro humilde das cercanias de Salvador, berço de uma trajetória marcada pela luta por um diploma de médico, profissão exercida nos anos esquecidos, no interior das carências. O ofício prático logo seria trocado pela pesquisa experimental, nos laboratórios do Instituto Butantan, da Escola Paulista de Medicina, do Instituto Pasteur (Paris) e por fim no Departamento de Microbiologia e Imunologia do Instituto de Biologia (IB) da Unicamp.

Um mergulho no mundo classificado pelo próprio Rangel de "alienante", repleto de moléculas e camundongos, divorciado das aflições imediatas. Contudo, mesmo na "redoma", para usar outra expressão cunhada por ele, o pesquisador ouviu a reverberação dos ecos da sociedade. A aposentadoria serviu para materializá-los - Rangel e um grupo de professores fundaram, em 1997, o IPES (Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade), ONG que busca um modelo de trabalho que promova a interação entre universidades, organizações da sociedade civil e administração pública. O professor volta à prática, à frente de um convênio estabelecido com a Unicamp e de um projeto de política pública aprovado em primeira instância pela Fapesp.

E foi na condição de presidente do IPES que Rangel se emocionou na palestra proferida recentemente pelo professor Geraldo Di Giovanni, do Instituto de Economia da Unicamp. Na plateia, 20 aspirantes a agentes comunitários de saúde que vêm sendo preparados pelo IPES para atuar na região do Jardim São Marcos, bairro da periferia de Campinas, durante pela primeira vez algo sobre Economia Solidária, tema do seminário que teve o apoio da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários e da Fapesp.

Foi o caso, por exemplo, da professora de educação especial Maria Nazareth Evangelista dos Santos. Demitida da prefeitura de Campinas, ela trocou o Jardim Santa Mônica por Brasília. A permanência do filho no bairro, porém, fez com que voltasse para suas coisas. Um pedido feito por uma vizinha, que queria ser alfabetizada, mudou a vida da professora. A cartilha não bastava. Logo a garagem de sua casa se transformou em sala de suplêneo. Hoje ela busca apoio para conseguir um espaço que acomode a demanda. Maria Nazareth gostou da palestra de Giovanni, embora tenha ficado mais envergonhada com a conversa informal entre o professor e suas colegas, após o seminário. "É muito importante esse contato. Nós precisamos da universidade, e a universidade precisa da gente".

Opinião compartilhada pela operária aposentada Joana Júlia Rezende Topolani, menara que em 1973 deixou Monte Santo de Minas para se estabelecer no Jardim Santa Mônica, a época um matagal sem fim.

Joana milita no movimento popular, coordena um grupo de mulheres, integra a sociedade amigos de bairro e ainda encontra tempo de participar das reuniões do conselho de escola. Uma liderança que aprendeu, no seminário, o significado daquilo que parte da mídia, a exatidão, banalizou: comunidade solidária. "Além do aprendizado, as palestras na Unicamp têm me ajudado muito no trabalho que desenvolvemos no meu bairro".

Sam-oba-oba - Rangel puxa mais uma vez pela memória para falar de outra palestra, também na Unicamp, na qual um filósofo transmitiu noções de ética aos futuros agentes comunitários. "Foi uma discussão muito madura, muito consciente. A reação dos alunos foi típica de pessoas ávidas pelo conhecimento", relata o professor, para quem encontros como esses demobem a teoria de que não é possível transmitir o conhecimento científico para pessoas comuns. "A universidade pode transformar os benefícios da ciência e da tecnologia em instrumentos de mudança, além de desmistificar aspectos da linguagem ao buscar palavras mais próximas da realidade das pessoas".

Uma aproximação que dispensa as armadilhas do paternalismo, do assistencialismo e do oba-oba, conforme prega a linha de ação do IPES, cujo leitmo é claro que dar coisas ou proporcionar situações é uma estratégia equivocada. "Não fazemos filantropia no sentido clássico, mas criamos meios e estímulos para que eles busquem alternativas. A medida que os agentes adquirem autonomia, a gente tem que se afastar", prega Rangel. O professor vê uma relação de troca nesse contato com as comunidades. Revela que está aprendendo muitas coisas, sobretudo nas áreas do ensino e da assistência médica, que, em sua opinião, deveriam passar por modificações estruturais. "Seriam mudanças simples, mas, que uma vez implantadas, revolucionariam a maneira de ver e de fazer as coisas".

Rangel usa como exemplo o Centro de Saúde do Jardim São Marcos, para ele bem equipado e com pessoal de "excelente qualidade profissional". Na opinião do presidente do IPES, a população não se sente assistida por haver um problema de comunicação, no qual predomina uma visão distorcida do papel da medicina - tanto da parte da comunidade como da dos profissionais. Então, em ação, nesse quadro, o agente comunitário, cuja tarefa seria sobretudo educativa. "Ele deve promover um diálogo no sentido de se estabelecer uma política de saúde preventiva, cadastrando a população, conhecendo sua realidade e traçando uma política a ser desenvolvida pelos profissionais do centro de saúde", receita Rangel. Segundo o professor, trabalhos dirigidos à saúde da família têm dado excelentes resultados sem que haja a necessidade de gastos desnecessários ou de mandar o paciente de um especialista para outro, sem um diagnóstico fechado.

Atuação ampliada - O IPES, que conta hoje com aproximadamente 40 integrantes, pretende estender o campo de atuação para as áreas de educação e cultura, por meio de pacientes e de ações que vão ser orientadas por um núcleo de trabalho transdisciplinar, envolvendo docentes, alunos e agentes comunitários. Rangel sente que cresce o interesse da universidade pelo trabalho na periferia, embora saiba os limites de sua influência, assim com a do instituto que preside. "Podemos dizer com segurança que muitas das causas e dos efeitos dos problemas sociais, inclusive a violência, fogem à nossa ação, pois dependem de estruturas econômicas que demandam um trabalho que não pode ficar restrito aos níveis local e nacional".

O professor, porém, vai seguir, com seus parceiros, na busca de alternativas aos modelos existentes, mais ainda no terreno da economia solidária. Rangel entende que o cooperativismo, o microcrédito e o amparo sobre capitais especulativos alienam os efeitos das diferenças sociais, que conhece ainda melhor. Que cresceu, contou o mundo, ficou na "redoma", mas não deixou de ouvir os ecos da sociedade.

S
O
C
I
E
D
A
D
E

S
O
C
I
E
D
A
D
E

S
O
C
I
E
D
A
D
E

KASSAB, Álvaro. Professor deixa "redoma" do laboratório e coloca-se a frente de projetos comunitários. Jornal da Unicamp, Campinas, SP, jun. 2001. Ecos da Sociedade. Disponível: http://www.unicamp.br/unicamp/unicamp_hoje/ju/jun2001/unihoje_ju163pag05.html

Espaço Funcamp

19 de novembro (atualizado

20/11) – Muitos presentes no 2o Encontro Espaço Funcamp de Políticas Públicas, na última quarta-feira, no Centro de Convenções, se emocionaram ao ouvir o depoimento das moradoras da região do Jardim Santa Mônica, Maria Nazareth

Evangelista dos Santos e Maria Lúcia

Rodrigues. Elas trouxeram a experiência de participar como agentes comunitários na terceira região mais pobre do município de Campinas.

“Todo planejamento para políticas públicas tem que ouvir a comunidade. Nós queremos ser ouvidos”, destaca Nazareth ao se referir aos diversos projetos existentes com vistas à melhoria da qualidade de vida das pessoas. As moradoras fazem parte do Programa Comunidade Saudável, mantido pelo Instituto de Pesquisas Especiais para a Sociedade (IPES), em parceria com a Unicamp, através da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários.



A palestra “O programa Comunidade Saudável e as experiências dos agentes sociais comunitários” iniciou o encontro que reuniu pouco mais de duzentas pessoas entre prefeitos, secretários de saúde e gestores de políticas públicas de várias cidades do Estado de São Paulo. Nesta segunda edição do evento, o destaque foi para as ações na área da saúde em desenvolvimento na Unicamp e que podem servir de modelo para os municípios.



O diretor presidente da Funcamp, professor Bernardino Ribeiro de Figueiredo, destacou que a iniciativa enriquece a atividade educacional e científica da Unicamp. Segundo ele, durante este ano, as parcerias e projetos com os gestores das administrações municipais passaram por um processo de consolidação. “Reformulamos o site e passamos por reformas para abrir perspectivas de diálogo e interação”.

O vice-reitor, José Tadeu Jorge, também presente no evento, avaliou que o Espaço Funcamp de Políticas Públicas tem se mostrado um importante instrumento de aporte, de sugestão, debates e troca de informações entre a Universidade e as administrações municipais. “O Espaço cumpre seu papel ao transmitir o conhecimento que é gerado em suas diversas áreas e receber a contribuição para realimentar o processo da geração desse conhecimento”.

Informações: www.funcamp.unicamp.br/espacofuncamp

(Raquel do Carmo Santos)

Fotos digitais: Antoninho Perri

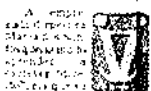
SANTOS, Raquel C., Espaço FUNCAMP, Campinas, SP, 20 nov. 2003. Disponível em: <http://www.unicamp.br/unicamp/divulgacao/2003/11/20/encontro-com-prefeituras-debate-comunidade-saudavel>

PROJETO CIDADÃO 2002

Voluntária ajuda a reescrever histórias de vida

COM BASE NO MÉTODO RWLOFFERRE E EM SUA PRÁTICA EXPERIÊNCIA, EX-PROFESSORA OFERCE MUITO MAIS QUE O BÓRAX NO SANTA MÓDICA

de Maria
Nazzari



A voluntária Maria Nazzari, 52 anos, mora em São Carlos, no interior de Minas Gerais. Ela é professora aposentada e trabalha como voluntária no Projeto Cidadão 2002. Ela é uma mulher simples, mas com uma grande paixão por ensinar e aprender. Ela acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

Apesar de não ter formação acadêmica em pedagogia, Maria Nazzari acredita que a experiência é o melhor professor. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.



Maria Nazzari mostra trabalhos feitos com o lã no náutico, espina e aprender são as duas faces da mesma moeda, garante

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

Maria Nazzari acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer. Ela acredita que a educação é um processo contínuo e que todos podem aprender e crescer ao longo da vida.

ONG dá suporte a projeto de alfabetização digital

A ONG Projeto Cidadão 2002 oferece suporte técnico e pedagógico para o projeto de alfabetização digital. O projeto visa capacitar pessoas em habilidades digitais básicas, como uso de computador, internet e ferramentas de comunicação.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

O projeto de alfabetização digital é uma iniciativa importante para promover a inclusão digital e melhorar a qualidade de vida das pessoas. A ONG Projeto Cidadão 2002 acredita que a educação é a chave para a transformação social e que todos têm o direito de aprender e crescer.

Reunião com o pessoal, que aprende a usar a universidade e a comunidade

Agência Anhangüera, Voluntária ajuda a reescrever histórias de vida. Campinas, Correio Popular, SP, 24 jul. 2002, Projeto Cidadão

PROJETO CIDADÃO 2002

Prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias

PARA OS QUATRO SELECIONADOS PELO PROJETO CIDADÃO 2002, MAIS QUE RECONHECIMENTO DOS TRABALHOS, VITÓRIA INCENTIVA NOVAS ATITUDES

Por Maria Cristina

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

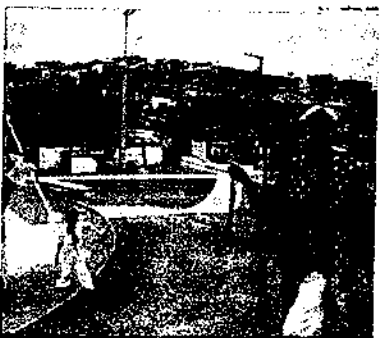
O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.



Leide Vergilio: "Essa recompensa vai motivar outras pessoas".



Maria Kazarech: Iniciou-se para melhorar a auto-estima das pessoas.



Marco Antonio Vignelli: "A gente trabalha nos bairros".



Las Góngora de Faria e Souza: "Divulgação da produção e muito mais para o bairro".

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

O Prêmio Cidadão 2002 é uma iniciativa da CPFL, da Agência Anhanguera e do Correio Popular. O prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias realizadas por cidadãos comuns em todo o Brasil. O prêmio é dividido em quatro categorias: Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão, Cidadão Cidadão e Cidadão Cidadão.

Agência Anhanguera, Prêmio seleciona e incentiva ações voluntárias. Campinas, Correio Popular, SP, 20 nov. 2002, Projeto Cidadão

